

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Daniela Simplício Chagas Ferreira

**ARQUITETOS E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DA FORMAÇÃO E DO PERFIL PROFISSIONAL DO ARQUITETO E
URBANISTA EM RELAÇÃO AO PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL.**

Recife

2023

Daniela Simplício Chagas Ferreira

**ARQUITETOS E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DA FORMAÇÃO E DO PERFIL PROFISSIONAL DO ARQUITETO E
URBANISTA EM RELAÇÃO AO PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Pascal Machado.

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Daniela Simplício Chagas.

Arquitetos e a habitação de interesse social: Uma análise crítica da formação e do perfil profissional do arquiteto e urbanista em relação ao problema habitacional no Brasil. / Daniela Simplício Chagas Ferreira. - Recife, 2023.
98 p. : il.

Orientador(a): Pascal Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

1. Habitação de interesse social. 2. Função social do arquiteto. 3. Déficit habitacional. 4. Ensino em arquitetura e urbanismo. 5. Negócios de impacto social. I. Machado, Pascal. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Existem muitos motivos de agradecimento pela finalização dessa etapa da minha vida por meio desse trabalho, sei que sem uma rede de apoio eu não chegaria até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus, aquele que me criou, que me fez filha, que colocou em mim uma vocação por puro amor e misericórdia, que me sustentou até aqui e sei que será o meu sustento pelo resto da minha vida.

Agradeço a minha família, que nunca deixou faltar amor, que sempre fez de tudo por mim e são meus principais incentivadores, em especial meus pais, Rose e Moisés, por todo o esforço para que eu pudesse estar vivendo tudo isso. Ao meu irmão Gabriel pela parceria de sempre e pela relação tranquila.

Ao professor Pascal Machado, por aquela aula de empreendedorismo que ampliou meus horizontes há alguns anos atrás, por ter aceitado ser meu orientador, por toda paciência e compreensão diante dos meus sumiços e dificuldades.

Aos meus amigos, que ouviram meus lamentos, que me acolheram e incentivaram, obrigada por toda parceria e por terem deixado tudo mais leve, em especial a Hadassa que mesmo de longe me abraçou nessa reta final, e a Isabela, Lara, Manuela e Túlio, por estarem perto e me abraçarem pessoalmente.

A todos que durante esse processo de formação tiveram papéis importantes na minha vida, mesmo que agora estejam distantes, nunca esquecerei e sempre serei grata. Ao meu eterno GE, que terá para sempre o meu carinho.

Menção honrosa para as minhas formadoras, Marcela e Eunice, que olharam nos meus olhos e disseram: “agora tem que ir!” e foi.

RESUMO

Ser arquiteto e urbanista diante do contexto habitacional atual no Brasil, onde uma quantidade significativa de moradias são consideradas inadequadas para se morar, trás o pensamento sobre a sua função social e qual o seu papel diante dessa problemática. Na busca por fazer uma relação entre a profissão e a realidade habitacional, o seguinte trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre a formação acadêmica e a atuação profissional do arquiteto e urbanista diante da realidade habitacional do Brasil. Assumindo dessa forma o profissional Arquiteto e Urbanista como um agente importante no enfrentamento do déficit habitacional, é essencial discutir o conteúdo de sua formação acadêmica, identificando nessa fase a importância para a construção do profissional em atuação. Pesquisa histórica acerca das intervenções estatais na questão da habitação, e o estudo da trajetória de debates no meio profissional sobre o tema da habitação de interesse social, servem de embasamento para uma discussão atual a respeito do que precisa ainda ser feito para que cresça cada vez mais o número de profissionais interessados em trabalhar com a assessoria técnica em habitação. Diante disso, o tema da habitação de interesse social permanece distante das diretrizes nacionais curriculares para o curso, deixando em aberto a experiência com a temática para os futuros profissionais, o que precisa ser revisto, trazendo como estudo de caso instituições localizadas em Recife, Pernambuco, e região metropolitana. Empresas sociais, cooperativas e organizações em Recife servem como modelo de atuação profissional imerso em uma atividade social, em vista a promover qualidade de vida através da moradia digna. Há espaço e necessidade para atuar em habitação de interesse social, com incentivo e parceria governamental, é preciso e urgente abraçar essa causa.

Palavra-chave: habitação de interesse social; déficit habitacional; ensino em arquitetura e urbanismo; negócio de impacto social.

ABSTRACT

Being an architect and urban planner in the current housing context in Brazil, where a significant amount of housing is considered unfit for living, raises questions about their social function and their role in this problem. In the search for a relationship between the profession and the housing reality, the following work aims to carry out a critical analysis of the academic training and professional performance of architects and urban planners in the face of the housing reality in Brazil. Assuming that the professional architect and urban planner is an important agent in the fight against the housing deficit, it is essential to discuss the content of their academic training, recognizing at this stage the importance of building the professional in action. Historical research on state interventions in housing and a study of the trajectory of debates in the professional environment on the subject of social housing serve as a basis for a current discussion on what still needs to be done to increase the number of professionals interested in working with technical advice in housing. In view of this, the subject of social housing remains distant from the national curriculum guidelines for the course, leaving the experience with the subject open to future professionals, which needs to be reviewed, bringing as a case study institutions located in Recife, Pernambuco and the metropolitan region. Social enterprises, cooperatives and organizations in Recife serve as a model of professional work immersed in social activity, with the aim of promoting quality of life through decent housing. There is room and need to work in social housing, with government incentives and partnerships, and there is an urgent need to embrace this cause.

Keywords: *social housing; housing deficit; architecture and urbanism education; social impact business.*

LISTA DE SIGLAS

AFB - Arquitetura Faz Bem.

ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social.

BNH - Banco Nacional de Habitação.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CAUS - Cooperativa Arquitetura Urbanismo Sociedade.

CBA - Congresso Brasileiro de Arquitetos.

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento Comunitário.

COHAB - Companhia de Habitação.

COPROMO - Cooperativa Pró Moradia de Osasco.

DCN - Diretriz Curricular Nacional.

FAFEG - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.

FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

FCP - Fundação Casa Popular.

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil.

FJP - Fundação João Pinheiro.

HIS - Habitação de Interesse Social.

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensão.

MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento.

NEHA - Núcleo de Estudos e Habitação.

NIS - Negócio de Impacto Social.

ONG - Organização Não-Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

SFH - Sistema Financeiro de Habitação.

SHRU - Seminário de Habitação e Reforma Urbana.

UIA - União Internacional de Arquitetos.

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O CONTEXTO DAS CIDADES E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL	12
1.1 A EXPANSÃO DAS CIDADES E A PREFIGURAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL	12
1.2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL	15
1.2.1 Um Histórico das intervenções estatais em relação à Habitação	15
1.2.1.1 O Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs)	16
1.2.1.2 Fundação da Casa Popular (FCP)	17
1.2.1.3 Banco Nacional de Habitação (BNH)	19
1.2.1.4 Outras iniciativas e o Programa Minha Casa Minha Vida	20
1.2.2 Dados atuais em relação à Habitação no Brasil e a perspectiva do futuro	23
1.3 O TERMO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	27
2. O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DO ARQUITETO COM A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	31
2.1 APROXIMAÇÃO PROFISSIONAL	31
2.2 PRIMEIRAS INICIATIVAS	38
2.2.1 A experiência de Cajueiro Seco	39
2.2.2 A experiência em Brás da Pina	42
2.3 A NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO ACADÊMICA	47
2.4 A LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	51
3. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS.	55
3.1 OS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	55
3.1.1 O Convênio com o Banco Nacional de Habitação	56
3.1.2 Os Laboratórios de Habitação e sua influência	57
3.2 OS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO EM RECIFE - PE.	60
4. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ARQUITETOS E URBANISTAS: NOVAS ABORDAGENS EM RECIFE-PE.	69
4.1 O CASO DOS NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL EM ARQUITETURA.	71
4.2 COOPERATIVA E COLETIVO: OUTRAS FORMAS DE ATUAÇÃO	83
CONCLUSÃO	91

INTRODUÇÃO

Ao se pensar o que é ser arquiteto e urbanista é possível encontrar diversas respostas e definições para essa profissão, a exemplo da Resolução n.º 2, de 17 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Educação, descreve nas diretrizes curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo que o profissional deve ser “generalista, capaz de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades[...]” (BRASIL, 2010). O fato de ser generalista faz do arquiteto e urbanista capaz de atuar de diversas formas.

Quando colocada a profissão diante do contexto atual do país é possível se deparar com a seguinte realidade: pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no ano de 2022 apresenta que 82% das obras realizadas nos últimos anos no Brasil não contaram com arquitetos, em sua maioria, as pessoas que construíram ou reformaram nesse tempo preferiram o auxílio de mestre de obra e pedreiros ou a autoconstrução, em vez de contratar o serviço do arquiteto e urbanista.

Em resposta a essa preferência, a maioria apontou a questão financeira como o que mais influenciou nessa escolha, seguido de não considerar importante ter o auxílio profissional adequado. Dentro do pequeno percentual de pessoas que optaram pelo serviço do arquiteto e urbanista, quase 60% são pertencentes à classe A e B, mostrando que, ainda hoje, a arquitetura alcança majoritariamente as camadas mais privilegiadas da sociedade.

Dentro desse contexto chegamos a realidade da habitação brasileira, dados recentes da pesquisa da Fundação João Pinheiro, realizados entre os anos de 2016 e 2019, apontam que existem no Brasil um déficit quantitativo de mais de 5 milhões de moradias, ou seja, há necessidade do aumento do estoque de moradias, ocasionado pela inexistência da mesma ou pela alta precariedade que impossibilite habitação. Além desse número, o índice de inadequação habitacional, que trata das moradias que não conseguem suprir as necessidades dos moradores com qualidade, chega a ser 40% das habitações totais do país.

Os dados em relação a habitação comparados aos dados sobre a utilização do serviço de arquitetos mostram a distância que ainda existe entre o principal público alvo da profissão e os reais necessitados de intervenção. Diversas questões podem explicar essa realidade, historicamente a arquitetura sempre acabou

alcançando mais as classes mais altas, e isso influenciou tanto em sua atuação quanto nos estudos e análises dentro dos cursos de formação acadêmica.

Diante disso, o seguinte trabalho surge a partir do questionamento: **como os arquitetos e urbanistas podem ajudar no enfrentamento do problema do déficit habitacional no Brasil?** Para melhor entender e buscar responder a pergunta, se fez necessário voltar alguns anos atrás para investigar historicamente as intervenções estatais existentes em vista a enfrentar essa questão, a fim de entender o contexto da época e, em paralelo, a relação do arquiteto e urbanista diante disto.

No Brasil, é possível identificar como se deu a aproximação dos arquitetos com o problema habitacional, tendo em vista que, essa problemática existe desde a expansão das cidades no período entre guerras. Por mais distante que ainda permaneçamos daqueles que mais precisam da nossa intervenção, houve através do tempo, e ainda existem, diversos debates e construções acerca dessa temática, que possibilitaram mudanças de mentalidade e de atuação de parte desses profissionais.

Reflexões sobre a função social do arquiteto, mudanças no currículo acadêmico, abordagem dos docentes dentro dos cursos, o surgimento dos laboratórios de habitação, e a criação da lei de assistência técnica, foram algumas das coisas que contribuíram para que, mesmo como minoria, profissionais optem por como atuação profissional pela causa da habitação de interesse social, não como uma caridade, mas como quem entende a necessidade e quer assumir a responsabilidade de contribuir para a diminuição do déficit como nicho de trabalho.

Por seu saber técnico e formação generalista, é possível reconhecer a importância da atuação do arquiteto diante da problemática da habitação, principalmente ao se tratar do déficit qualitativo, que se relaciona às moradias consideradas inadequadas, a oferta de assessoria técnica, o desenvolvimento de um bom projeto de arquitetura, seja de reforma ou construção, que se alinhe com o contexto da moradia, que ofereça qualidade de vida para os seus habitantes, age diretamente no problema.

Reconhecendo assim que o profissional arquiteto e urbanista pode ser um agente importante diante do enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, o seguinte trabalho tem como objetivo geral **realizar uma análise crítica sobre a formação acadêmica e a atuação profissional do arquiteto e urbanista diante**

da realidade habitacional do Brasil. Trazendo essas duas realidades do profissional ainda em formação, identificando nessa fase a importância para a construção do profissional em atuação, capaz de se comprometer com a causa da habitação de interesse social e o enfrentamento do déficit de moradias.

Para isso o trabalho possui como objetivos específicos:

1. Realizar análise histórica das iniciativas estatais de enfrentamento da problemática habitacional a nível nacional, identificando o papel do estado dentro do enfrentamento desta questão.
2. Discutir a inclusão da problemática habitacional dentro do âmbito dos cursos de formação em arquitetura e urbanismo, trazendo como estudo de caso as instituições localizadas em Recife-PE e região metropolitana.
3. Discutir sobre a atuação profissional do arquiteto e urbanista diante do problema do déficit habitacional, trazendo como estudo de caso iniciativas localizadas em Recife-PE.

A divisão dos capítulos do trabalho visam atender a cada objetivo específico, para que ao final se obtenha o objetivo geral, dessa forma, no **Primeiro Capítulo** está contido a discussão acerca da realidade habitacional brasileira, trazendo uma retrospectiva histórica que vem desde o ápice da expansão das cidades, passando pelos programas governamentais que existiram como enfrentamento da situação, analisando assim o papel do estado dentro desta realidade. O capítulo também apresenta discussão a respeito da nomenclatura da chamada habitação de interesse social e trás o contexto atual das moradias no Brasil.

O **Segundo Capítulo** apresenta uma trajetória histórica de discussões e mudanças de posicionamentos por parte dos arquitetos e urbanistas a respeito da arquitetura de interesse social, abordando tanto o meio profissional, com exemplos de iniciativas pioneiras na relação arquiteto - arquitetura de interesse social, com relevância nacional, quanto a abordagem acadêmica e a inserção do tema da problemática habitacional e da moradia para a população de baixa renda na formação dos futuros profissionais.

O **Terceiro Capítulo** traz uma discussão sobre a conformação dos cursos de arquitetura e urbanismo oferecidos pelas instituições localizadas na cidade de Recife, Pernambuco, com vista a identificar a presença ou não dos temas da

habitação de interesse social e outros relacionados, levantando a questão da importância dessa abordagem para os futuros profissionais.

O **Quarto Capítulo** aborda a existência de profissionais atuantes na área de assessoria técnica e habitação de interesse social também na cidade de Recife, os chamados negócios de impacto social, cooperativas e coletivos, identificando suas formas de atuação, a capacidade de enfrentamento da problemática e sua intervenção na cidade.

Por fim, é levantado o debate englobando o estado, o ensino e os profissionais, com vista ao enfrentamento do índice de inadequação habitacional.

1. O CONTEXTO DAS CIDADES E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL

A habitação, a casa e as mais diversas formas de morar, possuem influência e ligação direta com a terra onde estão instaladas, por isso, para se falar sobre a questão da habitação é interessante ressaltar alguns aspectos da conformação da cidade. Desta forma, é possível perceber que, a cidade é reflexo do povo que a ocupa, de quem a governa e tem o poder, seja governamental, social ou financeiro de decidir o que ocupar e como ocupar, quem habita em certas parcelas daquele solo e quem é impelido para outros locais

Assim como a cidade, as moradias que nela existem são diversas e resultado de diferentes fatores, culturais, sociais, financeiros e entre outros, que refletem o homem, o seu saber e a sua necessidade. A habitação é plural em sua forma e construção, mesmo assim, é possível identificar um certo padrão em relação ao tipo de moradia, quem a ocupa, e em que parcela da cidade ela se encontra.

A cidade, assim como a Habitação, é uma questão antiga e atual, estudada, discutida e proposta, alvo de intervenção estatal e privada, e sempre em constante mudança. Neste capítulo, será abordado, seguindo um trajeto histórico, a expansão das cidades brasileiras e a sua atual configuração, trazendo em decorrência disso as formas de morar, o déficit habitacional e outras questões relacionadas à habitação, a fim de contextualizar a cidade de hoje e as moradias que a ocupam.

1.1 A EXPANSÃO DAS CIDADES E A PREFIGURAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

O processo de urbanização no Brasil data de meados do século 18, tendo sua maior expressão no século 20, surge como resultado das mudanças sociais que aconteceram na mesma época, como a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre e a mudança na dinâmica econômica, com a instalação de indústrias, essas responsáveis por atrair trabalhadores para as regiões (RUBIN; BOLFE, 2014).

Toda essa nova dinâmica urbana e social trouxe consigo novos ideais, no final do século 19, as chamadas ideias higienistas, que tinha como base a melhora do bem estar e da saúde da população por meio da extinção daquilo que

consideravam impróprio, condenaram os cortiços, estruturas essas que abrigava a camada mais pobre da população.

O novo conceito de cidade que tomou conta no século 20 transformou os centros em locais predominantemente comerciais, aumentando assim o preço do metro quadrado dos terrenos, condição ideal para que apenas as camadas mais abastadas da sociedade pudessem ocupar aquele espaço, a maioria das pessoas que moravam nas redondezas não suportaram o aumento da carga financeira e tiveram que sair.

É nessa época que fica cada vez mais claro as divisões socioespaciais na cidade, onde a população mais pobre precisou ocupar terrenos no subúrbio, à margem da cidade, que comportavam em seu orçamento, sendo alguns desses locais caracterizados por seu alto relevo, e difícil acesso a infraestrutura, como os morros, como é o caso do processo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, por não haver espaço para eles no novo ideal de cidade que estava sendo construída.

Em meio ao intenso aumento populacional advindo do fluxo migratório e da oferta de emprego através da expansão das indústrias, foi gerada uma urgência por moradia para aqueles que chegavam. Além da instalação de parte da população nas periferias, justamente nessa busca por espaço, tornou-se urgente, por parte do estado, uma ação para solução desse déficit habitacional.

É nessa época que começam a surgir as vilas operárias, construídas com as recentes ideias modernistas que se tornaram a grande novidade entre os arquitetos, por se dizer capaz de solucionar a questão do tempo e da demanda, juntamente com boas soluções espaciais. Essas vilas se encontravam predominantemente à margem dos centros das cidades.

Essa solução habitacional serviu para parte da demanda, mas, ainda havia muito a se fazer, a questão das favelas, por exemplo, já existiam e se encontravam em expansão. O olhar sobre elas era como algo a se combater, a erradicar, por ser considerado um problema para aqueles que olhavam de fora, sendo passível apenas de um assistencialismo por parte do governo.

Em 1947, vinculada a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, foi criada a Fundação Leão XIII, uma parceria do estado com a Igreja Católica, se tornando assim a “primeira intervenção em políticas públicas direcionada para atuar no interior das favelas e sobre seus habitantes no

Brasil.” (ROBAINA, 2013). Robaina (2013) fala sobre como atuou a Fundação Leão XII e quem estava à frente do movimento.

[...] a Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1962, sob a orientação e gestão da Igreja Católica — sobretudo nas figuras de Dom Jaime Barros de Câmara e Dom José Távora — prestou assistência a 33 favelas no Rio de Janeiro, através dos Centros de Ação Social, onde serviços de saúde, educação, alimentação, apoio jurídico e processos de urbanização e urbanidades se fizeram presentes. (ROBAINA, 2013)

As ações da Fundação Leão XIII deram voz e acesso a população favelada na luta por alguns direitos como saúde, educação e apoio jurídico, assim como questões de infraestrutura também foram conquistadas nessa época. Embora o saldo positivo, a sua forma assistencialista não solucionou os problemas das moradias precárias, era preciso uma ação mais intensa com projetos urbanos de infraestrutura, planejamento e arquitetura.

É dentro desse contexto que se desenvolveram as cidades, até os dias de hoje, enfrentam-se as consequências da falta de planejamento urbano, um desafio ainda bastante atual, junto com o assistencialismo, que não toca muitas vezes no problema de fato, e age como uma medida provisória.

Com o passar dos anos, o aumento populacional tornou-se cada vez mais acelerado, as soluções encontradas não chegaram a abranger o todo, a cidade adquiriu como aspecto marcante a segregação socioespacial, a má distribuição de renda, a desigualdade no acesso a infraestruturas básicas como a rede de água e esgoto, o acesso à saúde, educação e lazer.

Diretamente relacionado aos problemas urbanos temos a moradia, a precariedade ou até mesmo a falta da mesma, como um resultado marcante da forma de cidade que construímos através do tempo e, ainda hoje, é uma pauta urgente. Houveram diversas tentativas por parte do governo e instituições para intervir nessa realidade, com diversos tipos de programas e iniciativas, voltados para a camada da população que consideravam ser a mais necessitada.

A seguir, serão abordados alguns programas e iniciativas governamentais que buscaram solucionar parte dos problemas em relação à moradia em diversos estados do Brasil. Neste sentido, será feita uma trajetória histórica pontuando aspectos relevantes de cada um dos programas mencionados, e o seu resultado

sendo efetivo ou não para aquela época e, por fim, nos trazendo aos dias de hoje e aos índices mais atuais em relação à Habitação no país.

1.2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL

1.2.1 Um Histórico das intervenções estatais em relação à Habitação

O processo de urbanização no Brasil e o crescimento das cidades de forma acelerada, trouxe consigo problemas na questão habitacional, segundo Monteiro e Veras (2017), as cidades não estavam preparadas para atender a um grande número de pessoas, a expansão desordenada levou a parte da população com menos recursos financeiros a viver em habitações improvisadas, insalubres e em áreas inadequadas. (MONTEIRO E VERAS, 2017, p. 6)

A falta de planejamento urbano resulta, na maioria dos casos, na falta de um planejamento habitacional; o crescimento desordenado resultou no grande número de moradias precárias e também na falta de moradias para parte da população, se fez urgente a atenção, por parte do governo, na busca por solucionar parte dessas demandas.

Foi por volta dos anos 1940 que começaram a surgir iniciativas governamentais que visavam intervir nos problemas existentes de moradia, como explica Bonduki (2004),

A década de 40 é, portanto, crucial no que se refere à ação do Estado no setor habitacional, quando ocorrem as principais intervenções do governo federal – congelamento dos aluguéis, produção em massa de moradias por intermédio dos IAPS e criação da Fundação da Casa Popular. Além disso, no mesmo período consolidou-se a aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infraestrutura. Este processo ocorreu numa conjuntura dinâmica de transformações políticas, urbanização, crescimento econômico, mobilização popular e redesenho urbano. (BONDUKI, 2004, p. 209 apud RUBIN E BOLFE, 2014).

O Estado Novo trouxe consigo a ideia do dever governamental de fornecer moradia para a população necessitada, para isso era preciso então investir em recursos públicos e fundos sociais para iniciar as ações, que tinham como objetivo possibilitar o acesso a casa própria para as classes de média e baixa renda (RUBIN

E BOLFE, 2014, p. 209) e assim, os recursos adquiridos por meio da política previdenciária deram início a primeira iniciativa de maior porte em produção de habitação.

Nesse mesmo período, discursos acerca das construções em série, e alguns outros pilares da arquitetura moderna como a habitação mínima, a ideia dos edifícios multifamiliares, entre outros preceitos, se mostraram como aliados para a solução do problema da moradia.

1.2.1.1 O Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs)

O instituto de aposentadoria e pensões, criado para reorganizar o setor previdenciário, era dividido por categoria profissional, e tinha como gestor o próprio estado através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, seu objetivo era garantir aos seus assistidos o direito à aposentadoria e pensão. Com o acúmulo de recursos adquiridos pela previdência, foi possível oferecer a partir de 1945 também outros serviços, sendo um deles a Habitação, que financiou projetos de habitação popular para os seus associados.

A utilização da estratégia do regime de capitalização possibilitou a alta arrecadação monetária pelos institutos, como explica Bonduki (2004),

O regime de capitalização consiste na aplicação dos recursos previdenciários arrecadados em investimentos que garantam o aumento do seu volume. Como, com a criação dos IAPs, a contribuição de todos os assalariados e empregadores passou a ser compulsória, a “arrecadação inicial de recursos é, em volume, muito maior que o exigido pelas despesas previstas a curto prazo. As reservas assim constituídas deveriam garantir o pagamento de benefícios no futuro.” (FARAH 1986 apud BONDUKI 2004, p.171).

A iniciativa habitacional serviu também como uma forma de retorno financeiro para os IAPs, segundo dados apresentados em Bonduki (2004) no período dos anos de 1940 e 1950 foram construídos cerca de 618 edifícios, totalizando 4549 unidades de habitação no Rio de Janeiro. Esse número se refere apenas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), contudo, também houve construções por parte das outras categorias profissionais, mas não há registro de sua contabilização.

É interessante ressaltar que essas construções no Rio de Janeiro impulsionaram bastante o processo de verticalização na cidade, que neste período de tempo, deu um salto significativo devido aos novos edifícios.

Cada Instituto atuava de forma separada, mas, no sentido de sua atuação, acabavam por se assemelhar em alguns aspectos. Um dos fatores semelhantes foi a forma de oferta dos Planos de Financiamento, os demais adotaram a divisão de 3 planos iniciado pelo IAPI, eram chamados Planos, A, B e C.

O Plano A oferecia a locação de unidades construídas pelo Instituto, eram em sua maioria, parte dos conjuntos habitacionais construídos. O Plano B dava a oportunidade de financiamento para a aquisição da moradia ou para a construção de casas em terreno próprio do associado. (BONDUKI, 2004, p.176). O Plano C estava mais voltado à rentabilidade da própria ação do instituto, pois oferecia empréstimo para qualquer pessoa física ou jurídica (BONDUKI, 2004, p.173), podendo ser construído os mais variados tipos de empreendimentos.

Desta forma, se sustentava financeiramente os IAPs, por mais que se tivesse um objetivo social de oferecer moradia àqueles que precisavam, foi arrecadado uma alta quantia, que possibilitou a compra de diversos terrenos espalhados pelo país, esses não necessariamente para a construção de edificações.

Sua maior forma de arrecadação se dava pelas locações possibilitadas pelo plano A, por mais que possa parecer, estes aluguéis não se diferenciavam em questão de preço dos que eram oferecidos no mercado pelas iniciativas privadas. Tanto os aluguéis oferecidos pelos IAPs quanto aqueles oferecidos por donos de imóveis sofreram baixa devido à Lei do Inquilinato. Ao todo, foram construídas 124.025 unidades habitacionais pelo programa habitacional dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (BONDUKI, 2004, p.187).

1.2.1.2 Fundação da Casa Popular (FCP)

Criada em 1946, a Fundação Casa Popular foi o primeiro órgão voltado exclusivamente para a questão habitacional criado pelo governo federal, pensado inicialmente para enfrentar o problema da falta de moradia da população de baixa renda. Segundo Porangaba (2019) o programa tinha como intuito:

Atuar de modo abrangente na produção habitacional que englobava o financiamento de construções, reparação ou melhoramento de habitações populares nos centros urbanos e na zona rural, tanto para trabalhadores formais quanto para os informais ou desempregados. (Porangaba, 2019, p. 95)

O fato de oferecer habitação popular também para trabalhadores informais foi um diferencial em relação às moradias fornecidas pelos IAPs, o programa anterior, por estar relacionado a indústria de algumas profissões, dava acesso aos benefícios apenas a esses trabalhadores tidos como formais.

Passou a ter, no mesmo ano de sua criação, outras atribuições complementares como, financiar obras urbanas de água, esgoto, energia elétrica e assistência social, financiar as indústrias de material de construção, quando for preciso, além de estudar e pesquisar formas de baratear a construção, oferecer financiamento para outras iniciativas ou prefeituras construíssem sem objetivo de obtenção de lucro, e estudar e classificar os tipos de habitação denominados populares. (AZEVEDO E ANDRADE, 2011, p.2)

A iniciativa pública sofreu com embates políticos e institucionais, que fez ser necessário remodelar alguns dos artigos da lei que regia a Fundação, e essas alterações enfraqueceram a potencial ação habitacional que teria a FCP, pois, interferiram na fonte de arrecadação para a construção das moradias.

A ideia inicial seria utilizar a unificação das carteiras prediais, fruto dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, que passariam a pertencer a Fundação Casa Popular, além disso, outro artigo da lei instituiu um “empréstimo compulsório sobre as transações ou produção imobiliária.” (BONDUKI, 2004, p.192), ambas as leis foram revogadas, fragilizando assim o plano orçamentário.

As dificuldades encontradas fizeram as ações da FCP se tornarem bastante inexpressivas, toda a estrutura inicial montada possibilitava uma grande ação habitacional, o que não foi possível tornar real devido às circunstâncias. É fácil perceber através do contexto governamental do país, que a criação e a utilização da Fundação Casa Popular serviu apenas de instrumento político por um governo conservador.

Por um bom tempo a Fundação trabalhou em parceria com os estados, estes ofereciam o terreno e até mesmo a infraestrutura urbana para a instalação das moradias. Ao todo foram construídos pelo FCP 143 conjuntos habitacionais, resultando em 16.964 unidades em um período de tempo entre 1946 a 1964.

1.2.1.3 Banco Nacional de Habitação (BNH)

Com o intuito de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (Lei n.º 4 380/64 de 21 de agosto de 1964) (Apud BOTEGA, 2000) foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) no ano de 1964, ainda no início do governo militar. O sistema contou com um grande aporte financeiro, devido a uma alta quantidade de dinheiro destinada a ação, apresentando-se assim como um dos problemas principais que o atual governo buscava solucionar.

Em poucos anos, com a introdução do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, como fontes financeiras, o SFH aparece como a maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação (BOTEGA, 2000, p.68).

Todos esse aporte financeiro favorecia potencialmente a oportunidade de superar o déficit habitacional, contudo, mesmo com tamanho investimento, não foi possível atender a demanda por moradias, que continuou a crescer ao passar dos anos, embora suas ações fossem percentualmente significativas, a alta do déficit habitacional acontecia de forma ainda mais acelerada.

Parte da resposta a questão do porquê a iniciativa do Banco Nacional de Habitação não conseguiu ser ainda mais expressiva, se dá ao fato de que muitas etapas de seu processo de ação envolvia diretamente agentes privados: até na própria relação com as prefeituras foram criados mecanismos que tornavam obrigatório o uso de empresas privadas, essas por sua vez, lucravam com este sistema. Em relação a isso afirma Botega (2000),

Assim, o SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização na economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal, pelo menos o que era dito, de ser o indutor das políticas habitacionais para superação do déficit de moradia. (BOTEGA, 2000, p.68)

Desta forma, a intenção de solucionar o problema habitacional, na verdade funcionou como uma ação política para enfrentar o problema econômico. Mais tarde,

houveram mudanças na forma de oferta dos benefícios, buscando uma melhor forma para a economia do país, em vez de focar em combater a demanda habitacional, foi atualizada a renda limite para ter acesso ao financiamento, passando para 5 salários mínimos. A seguinte medida deixou de fora a imensa parte da população mais afetada pelo problema do déficit de moradias.

A ação do BNH com a construção de unidades de habitação social para a população de menor renda se dava através das Companhias de Habitação (COHAB); estas eram “empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais” (AZEVEDO, 1988, p.111 apud SANTOS, 1999, p.11).

Os conjuntos produzidos pela COHAB, em sua maioria, não tinham boa qualidade, seja ela em relação ao projeto arquitetônico e material utilizado na construção, seja também na localização das suas unidades, que eram implantadas distante de infraestruturas essenciais para a vida dos habitantes, como por exemplo o transporte público. Essas precariedades são frutos da busca por baratear a construção.

Segundo Santos (1999) citado por Oliveira (2014), somente 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de interesse social, o restante dos financiamentos fornecidos foram destinados a população de classe média a alta, inclusive umas das críticas apontadas se dá ao fato do BNH ter sido responsável por custear imóveis de luxo.

O funcionamento do BNH se encerrou em novembro de 1986 após o SFH sofrer com as mudanças macroeconômicas da época, além das consequências da alta inflação que gerou um grande aumento de inadimplências. Após o seu fechamento, o empreendimento foi incorporado à Caixa Econômica Federal.

1.2.1.4 Outras iniciativas e o Programa Minha Casa Minha Vida

Após o encerramento das atividades do BNH, com o processo de redemocratização do Brasil, o governo continuou procurando formas de enfrentar o déficit habitacional e outros problemas relacionados à cidade, desta forma surgiram algumas iniciativas e “programas alternativos” (PORANGABA, 2019, p. 57).

Nesse período de reestruturação e novos caminhos para o enfrentamento do problema habitacional, foi instaurada a lei que obrigava cidades com mais de 20 mil

habitantes a elaborarem um Plano Diretor. No ano de 1988, esse Plano foi posto então como base para o desenvolvimento e expansão urbana, como explica Rubin e Bolfe (2014), “Os municípios, através das Leis Orgânicas Municipais, ficaram responsáveis por criar ou reforçar diretrizes de planejamento dando novo conteúdo ao Plano Diretor.”

Além disso, entre os diversos programas existentes para agir na questão da habitação tivemos: Programa Nacional de Mutirões Habitacionais (1987), Plano de Ação Imediata para Habitação (1990), Programa Habitar-Brasil (1993), Programa Morar Melhor e Morar Município (1994), Programa Pró-Moradia e a Carta de Crédito (1996), Programa Habitar-Brasil BID (1998), Programa de Arrendamento Residencial (1999) e o Programa Subsídio à Habitação (2002) (PORANGABA, 2019).

O programa Pró-Moradia e o Habitar Brasil foram uma das iniciativas do governo na retomada da busca por soluções para o déficit habitacional. Ambos eram bastantes semelhantes, e tinham como objetivo atender à população com renda inferior a três salários mínimos, através de melhorias em áreas habitacionais degradadas e de extrema pobreza dos seus habitantes. O funcionamento se dava através da apresentação de projetos pelos municípios e estados às instâncias federais, e esta decidia para qual projeto iria disponibilizar o financiamento.

O Poder Público não cobrava contrapartida dos projetos, e dentro do seu objetivo e público alvo adquire um caráter assistencialista. Santos (1999) explica que, “A relativa escassez de recursos para esses programas, aliada à despreocupação quanto à recuperação dos custos, fazem que seu escopo seja necessariamente limitado”. De toda forma, mesmo sem possuírem grandes resultados a nível nacional, estes programas conseguiram contemplar as famílias da faixa de renda que o BNH não alcançou.

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado em 1999, foi “destinado ao atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, prioritariamente concentrada nos grandes centros urbanos, sob a forma de arrendamento residencial, com opção de compra ao final do prazo contratado.” (Caixa Econômica Federal, 2021)

Porangaba (2019), explica que as habitações produzidas pelo PAR podiam ser unifamiliar ou multifamiliar, tinham um programa padronizado com, no mínimo, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, e área útil mínima de 33m², 35m² ou 37m² (Porangaba, 2019, p. 58). O programa atendia famílias com renda entre 3 e 8

salários mínimos, o que mudou posteriormente ao abranger a faixa de 2 a 4 salários. Por ser instalado em sua maioria em áreas centrais, um fato importante do programa foi a abrangência de projetos de requalificação e reforma de imóveis ociosos, neste caso, a padronização de metros quadrados e cômodos não acontecia. O PAR foi substituído com a criação do programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2009, foi lançado o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, sendo apresentado como uma política habitacional de grande escala e também uma ação governamental de enfrentamento da crise econômica. O Programa tinha como objetivo atender famílias com renda de até 10 salários mínimos, estas eram divididas em 3 faixas de renda diferentes, onde cada uma delas era beneficiada de uma forma, através de subprogramas, como explica Gobbato e Piccinini (2017), os programas eram: “Programa Nacional de Habitação Urbano (PNHU), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), PMCMV Entidades e PMCMV para municípios com até 50.000 habitantes.”.

As divisões dos benefícios de acordo com a faixa de renda era feita da seguinte forma:

As famílias de até 3 SM (identificadas como Faixa 1 do Programa – F1) são atendidas através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no caso do PMCMV Entidades, já as famílias com 3 a 6 SM (F2) e 6 e 10 SM (F3) seriam atendidas através do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013 apud GOBBATO;PICCININI, 2017)

A estrutura de organização do MCMV envolve vários agentes, sendo eles a Caixa Econômica Federal, a União, construtoras, estados e municípios, além da própria população beneficiada. Cada agente possui sua função para que aconteça o empreendimento, chegando assim a atender a demanda habitacional para a localidade.

Críticas similares quanto ao partido arquitetônico escolhido e a sua localização na cidade (muitas vezes fora dela) que o BNH recebeu foram perpetuados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a preocupação por quantidade de imóveis tirava totalmente a atenção para a qualidade urbana e de habitabilidade de onde se estava inserindo aquelas moradias, tornando mais uma vez o problema da habitação resumido a construir mais e mais, do que de fato se preocupar em gerar boas habitações, que geram qualidade de vida, abarcando questões como, a

proximidade com empregos, hospitais, comércio, serviços e outros mais que são essenciais no dia a dia.

Em sua maioria, o PMCMV construiu conjuntos habitacionais com edifícios de apartamentos e outros com casas térreas isoladas, com metros quadrados mínimos respectivamente de 45,5 m² e 37 m², desconectados da cidade e daquilo que a compõem.

A segunda etapa do programa trouxe algumas mudanças, uma delas em relação à instalação do empreendimento em terrenos isolados, agora se tornava preciso estar inserido na malha urbana, com apoio de equipamentos de saúde, educação, esporte, lazer e transporte público nas proximidades. Esta obrigatoriedade foi exigida apenas para a modalidade atendida pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a população com renda até 3 salários mínimos.

Sendo assim, a alteração não foi capaz de transformar os resultados dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, que continuaram da mesma forma, em áreas sub equipadas, com tipologia arquitetônica rígida e nas menores metragens quadradas autorizada pela lei, e além disso, sem participação popular nas decisões relacionadas aos empreendimentos (GOBBATO;PICCININI, 2017).

1.2.2 Dados atuais em relação à Habitação no Brasil e a perspectiva do futuro

Apresentando agora um contexto mais atual, o direito à moradia adequada, como parte da garantia de dignidade da pessoa humana, foi reconhecida em 1948 através da Declaração Universal de Direitos Humanos, e desenvolvida em diversos tratados internacionais e legislações próprias. No Brasil, este direito está presente na Constituição de 1988, através do no artigo 6 da Emenda Constitucional número 26, e deve ser assegurado pela União, estados e municípios, por ser fundamental para a vida.

Para considerar uma moradia adequada para se viver, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 7 parâmetros, são eles: acessibilidade, adequação cultural, disponibilidade de serviços, economicidade, habitabilidade, localização, segurança da posse. Sem a garantia de algum desses parâmetros, a habitação já passa a ser considerada inadequada.

Com isso, o direito à moradia vai muito além de ter um abrigo, um local com quatro paredes e um teto, mas é o direito de viver, onde quer que seja, com segurança, paz e dignidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991).

O Comentário Geral n.º 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais descreve cada parâmetro da seguinte forma:

a. **Segurança legal de posse.** A posse toma uma variedade de formas, incluindo locação (pública e privada), acomodação, habitação cooperativa, arrendamento, uso pelo próprio proprietário, habitação de emergência e assentamentos informais, incluindo ocupação de terreno ou propriedade. Independentemente do tipo de posse, todas as pessoas deveriam possuir um grau de sua segurança, o qual garanta proteção legal contra despejos forçados, pressões incômodas e outras ameaças. (...)

b. **Disponibilidade de serviços,** materiais, facilidades e infra-estrutura. Uma casa adequada deve conter certas facilidades essenciais para saúde, segurança, conforto e nutrição. Todos os beneficiários do direito à habitação adequada deveriam ter acesso sustentável a recursos naturais e comuns, água apropriada para beber, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, facilidades sanitárias, meios de armazenagem de comida, depósito dos resíduos e de lixo, drenagem do ambiente e serviços de emergência.

c. **Custo acessível.** Os custos financeiros de um domicílio associados à habitação deveriam ser a um nível tal que a obtenção e satisfação de outras necessidades básicas não sejam ameaçadas ou comprometidas. (...) De acordo com o princípio dos custos acessíveis, os possuidores deveriam ser protegidos por meios apropriados contra níveis de aluguel ou aumentos de aluguel não razoáveis. (...)

d. **Habitabilidade.** A habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e riscos de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser garantida. (...)

e. **Acessibilidade.** Habitações adequadas devem ser acessíveis àqueles com titularidade a elas. A grupos desfavorecidos deve ser concedido acesso total e sustentável para recursos de habitação adequada. Assim, a grupos desfavorecidos como idosos, crianças, deficientes físicos, os doentes terminais, os portadores de HIV, pessoas com problemas crônicos de saúde, os doentes mentais, vítimas de desastres naturais, pessoas vivendo em áreas propensas a desastres, e outros deveriam ser assegurados um patamar de consideração prioritária na esfera habitacional. Leis e políticas habitacionais deveriam levar em conta as necessidades especiais de habitação desses grupos. (...)

f. **Localização.** A habitação adequada deve estar em uma localização que permita acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais. Isso é válido para grandes cidades, como também para as áreas rurais, em que os custos para chegar ao local de trabalho podem gerar gastos excessivos sobre o orçamento dos lares pobres. Similarmente, habitações não deveriam ser construídas em locais poluídos nem nas proximidades de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos habitantes.

g. **Adequação cultural.** A maneira como a habitação é construída, os materiais de construção usados e as políticas em que se baseiam devem possibilitar apropriadamente a expressão da identidade e diversidade cultural da habitação. Atividades tomadas a fim do desenvolvimento ou modernização na esfera habitacional deveriam assegurar que as dimensões culturais da habitação não fossem sacrificadas, e que, entre outras, facilidades tecnológicas modernas sejam também asseguradas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991, grifo nosso)

Quando analisados os parâmetros em relação à realidade das moradias brasileiras, podemos perceber o quanto ainda precisa ser feito para melhorar a qualidade habitacional da população. Estudos da Fundação João Pinheiro (FJP), apresentados no ano de 2021, comprovam esse fato quando apresentam um panorama da habitação no Brasil segundo o cálculo do déficit e inadequação habitacional no país dos períodos de 2016 a 2019, e apresentam dados alarmantes.

São levadas em consideração no estudo questões como habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel, cada um desses e outros itens são descritos na cartilha disponibilizada pela FJP; esta contém os resultados do levantamento realizado e uma discussão a respeito do porquê se considerar importante cada item utilizado como parâmetro. Os itens da pesquisa que são instrumentos para qualificar uma residência como deficitária ou inadequada, se assemelham a lista apresentada pela ONU ao tocar nas mesmas questões, em sua maioria.

O déficit ou inadequação habitacional pode ser entendido como “a falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021), ou seja, toca diretamente na questão do direito à moradia adequada, como forma de garantir a dignidade da pessoa humana, como descrito mais acima. Para identificar essas situações são analisadas as necessidades habitacionais que conseguem ser atendidas, ou não, em cada domicílio.

Para tornar mais clara a diferença entre as classificações, no déficit habitacional há necessidade do aumento do estoque de moradias, ocasionado pela inexistência da mesma ou pela alta precariedade que impossibilite habitação, e em alguns casos, é utilizado o termo ‘déficit quantitativo’ para exemplificar essa realidade. Os itens utilizados para classificar uma habitação como deficitária se relacionam ao custo da moradia, equivalente à renda salarial da família, a quantidade de pessoas que a habitam, e a forma que é construída.

Na inadequação habitacional, é utilizado como base a qualidade de vida dos moradores em relação às deficiências encontradas na moradia, desta forma, a moradia é considerada inadequada quando as pessoas que estão habitando não conseguem ter suas necessidades supridas com qualidade, quando faltam ou não têm acesso a direitos básicos. É utilizado em alguns casos o termo 'déficit qualitativo' para se tratar esse exemplo.

Dados recentes da pesquisa da Fundação João Pinheiro, do ano de 2021, apontam que existe no Brasil um déficit habitacional quantitativo de mais de 5 milhões de moradias. Nessa categoria se enquadram as habitações precárias, consideradas rústicas ou improvisadas, características essas que se relacionam a divisão do espaço nas residências e o material com o qual são construídas; as coabitações, que se tratam de famílias diferentes que ocupam o mesmo ambiente, as famílias que vivem em cômodos; e também aquelas que sofrem com ônus excessivo do aluguel.

Em relação a Inadequação habitacional, ou déficit qualitativo, o número chega a mais de 24 milhões de moradias em todo o país, sendo assim, quase 40% do total das moradias existentes. Nessa categoria se enquadram habitações com carência de infraestrutura urbana, englobando abastecimento de água, esgotamento, coleta de lixo e energia elétrica; a carência edilícia, que traz questões como a falta de banheiro, cobertura adequada; e a inadequação fundiária, que trata da segurança de posse do terreno.

A pesquisa realizada comparando o período de 2016 a 2019 mostra que há um aumento no déficit habitacional, principalmente em famílias com renda de até 3 salários mínimos, e que a maioria das habitações nessa situação são lideradas por mulheres. Essa informação é importante para se pensar em programas e estratégias para combater o avanço desses números.

Os índices de inadequação urbana também crescem nesse mesmo período, com destaque para as regiões norte e nordeste que tiveram nas categorias carência de infraestrutura urbana e carência edilícia os maiores percentuais, chegando a quase 50% das moradias totais. Fica claro que, sem a devida atenção e ação para o enfrentamento dessa realidade, a perspectiva é que esses índices continuem aumentando, desta forma, a questão da habitação no Brasil se torna um problema cada dia mais alarmante e urgente.

1.3 O TERMO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Com o passar dos anos, foram utilizadas várias nomenclaturas diferentes para se tratar de habitações destinadas a população de baixa renda, cada um retrata a forma como era vista e abordada essa questão, e, em alguns casos, para quem era destinada aquela moradia em determinada época. Porangaba (2019) apresenta em sua dissertação as diversas nomenclaturas utilizadas através dos anos, relacionando ao contexto político e social daquele período, e aos autores e ou responsáveis por utilizar o termo.

Entre os termos já utilizados, relacionados por Porangaba (2019), temos, Habitação para classes pobres (1894), Habitação mínima (1929), Habitação Econômica (1931), Habitação Social (1995), Habitação Popular (1946), Habitação de Interesse Social (1964 - 1985), Habitação de Interesse Social (2004) e Habitação de Interesse Social (2008). O Termo Habitação de Interesse Social se repete, mas, se diferencia quanto a sua definição ao decorrer dos anos.

Seguindo uma ordem cronológica e partindo dos termos que frequentemente ainda são utilizados, a nomenclatura Habitação Popular surge na mesma época de criação da Fundação Casa Popular, em ocasião desse mesmo programa. Se referia às moradias direcionadas aos trabalhadores de baixa renda oferecidas pelo FCP e se tornou a denominação utilizada em todo o país, instituída pelo Governo Federal.

A descrição do que seria uma Habitação Popular muito se assemelhava ao conceito utilizado em Habitação Econômica, que, como o próprio nome já apresenta, deixa em destaque a questão do custo da moradia. Atualmente o termo Habitação Popular ainda é utilizado com frequência por alguns pesquisadores para se tratar de qualquer tipo de habitação voltada para pessoas de pouca ou nenhuma renda, sem precisar necessariamente ser produzido por programas governamentais (PORANGABA, 2019, p.62).

A nomenclatura Habitação social foi utilizada por Nabil Bonduki a partir do ano de 1995, o autor explica que:

Neste sentido, utilizamos o termo habitação social não apenas no sentido corrente, ou seja, habitação produzida e financiada por órgãos estatais destinada à população de baixa renda, mas num sentido mais amplo, que inclui também a regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema de Estado, da falta de infra-estrutura urbana gerada pelo loteamento privado. (BONDUKI, 1998, p.)

Bonduki utiliza o termo no período em que o Governo Brasileiro instituiu os IAPs, desta forma, se referia como Habitação Social a toda produção de moradia realizada pelo estado e que era destinada à população de baixa renda com emprego formal fixo (PORANGABA, 2019, p. 52). A nomenclatura Habitação Social mostra estar bastante relacionada a produção de habitação dos IAPs, por ter em seu conceito o que era exatamente esse programa de moradia.

Nabil Bonduki ainda utiliza 'Habitação Popular' para se tratar dos casos das moradias em assentamentos precários, que utilizavam autoconstrução e demais formas de morar da população de baixa renda, sem emprego fixo e formal, que não foram incluídos como público alvo dos IAPs. (PORANGABA, 2019, p.52)

A nomenclatura Habitação Popular sofreu uma remodelação e se transformou em Habitação de Interesse Social pela primeira vez no Brasil no período da ditadura militar. Com o fim da Fundação Casa Popular, uma nova estratégia de implementação de uma política habitacional brasileira trouxe consigo também a novidade no nome dado para habitação destinadas a população de baixa renda.

Porangaba (2019) explica que não há registro de qual teria sido a base para se denominar a Habitação de Interesse Social como tal, mas, o autor cita Azevedo e Andrade (2011) ao apontar que existia um preconceito com o termo "popular", que resultava em uma não adesão ao programa por parte da população classe média. O novo nome aparece pela primeira vez na lei que criou o Banco Nacional de Habitação, deixando assim, aquilo que seria empecilho para que outras pessoas optassem pelo programa.

Mais uma vez, o termo utilizado para se tratar de habitação para população de renda baixa esteve muito relacionado ao programa habitacional vigente no período. Sendo agora o BNH a produzir a habitação de interesse social pelo país, adquire a seguinte conceituação:

[...] Habitação de Interesse Social era aquela produzida para atender aos interesses da população de classe baixa – com renda mensal de um até três salários mínimos (ampliada para cinco salários mínimos anos mais tarde) – e classe média – com renda mínima de seis salários mínimos –, produzida em série, com qualidade construtiva e adequada infraestrutura urbana. (PORANGABA, 2019, p. 56)

Com a redemocratização do Brasil, houve novamente uma mudança conceitual do que seria a Habitação de Interesse Social. O processo de

reestruturação encerrou as atividades do Banco Nacional de Habitação e deu espaço a um período onde existiram diversos programas voltados à moradia.

A partir da criação desses programas houve a volta da utilização do termo Habitação Popular, relacionada a produção de habitação para famílias, em alguns casos com renda até 3 salários mínimos, em outros chegando a 2 ou até 8. Além disso, foram vinculados ao conceito também as características construtivas da residência, como seus metros quadrados, entre 33 a 37 m², e o número de cômodos que a compunha. (Porangaba, 2019, p. 58)

A nomenclatura Habitação de Interesse Social passou a ser utilizado novamente a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003; no ano seguinte, começaram a ser divulgados itens relacionados à Política Nacional de Habitação. É nesse momento que o conceito da HIS passa a englobar também a questão da cidade, deixando claro a importância de tratar a habitação e a cidade de forma conjunta, incluindo temas como mobilidade, transporte público e saneamento, tudo isso tendo em vista a garantir o direito à cidade, através também do direito à moradia. A renda estipulada para HIS dentro desse período foi a de famílias de zero até 5 salários mínimos.

O Conceito de Habitação de Interesse Social sofre novamente uma mudança a partir da criação da Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social no ano de 2008, Porangaba (2019) explica que, nesse momento a HIS passa a ser qualquer tipo de habitação, seja ela urbana ou rural, unifamiliar ou multifamiliar, produzidas pelo governo, pela iniciativa privada ou através da autoconstrução.

Após buscar entender todas as nomenclaturas e conceitos que se relacionam à habitação para população de baixa renda, acredita-se que o termo mais recente, derivado da Lei de ATHIS é o que melhor se aplica ao contexto habitacional e urbano que será abordado neste trabalho, já que o mesmo engloba toda forma de habitação. Quanto à questão da renda familiar, a faixa de zero a cinco salários mínimos apresentada em 2004 pelo Plano Nacional de Habitação parece ser a adequada.

2. O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DO ARQUITETO COM A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1 APROXIMAÇÃO PROFISSIONAL

Registros históricos são capazes de revelar como o ser humano buscou conhecer formas de se abrigar e construir o próprio abrigo com o decorrer do tempo, adquirindo assim novos aspectos em cada período. A evolução do ser humano, do seu saber e da sociedade, trouxe à arquitetura outros elementos, novas formas, soluções, materiais utilizados, mão de obra e necessidades, sendo assim, a forma de habitar evoluiu juntamente com a humanidade e, conseqüentemente, sofreu influências sociais.

O saber arquitetônico em uma grande parte da história, apareceu distante de algumas realidades brasileiras, principalmente as relacionadas à habitação para a população mais pobre, sem emprego formal ou qualquer condição de contribuir financeiramente para sua moradia. O problema da habitação nas cidades se agravava enquanto pouco eram efetivas as ações de combate, que aconteceram sem conseguir alcançar grande parte dos que mais precisavam.

É possível identificar os motivos para esse distanciamento e todo o trajeto que se seguiu até que a aproximação com a arquitetura de interesse social e o seu ensino existisse. Ações individuais de alguns arquitetos e seus posicionamentos diante da habitação, contribuíram para que, a passos lentos, esse tema fosse sendo apropriado por uma maior quantidade de profissionais, trazendo reflexos assim na mudança de abordagem que ocorreu com o passar do tempo.

O período entre guerras foi marcado pelo início da discussão a respeito da habitação mínima, mais econômica e condizente com o contexto daquela época, a busca pela “habitação ideal” ultrapassou as fronteiras europeias e virou tema de debate também na América Latina, eventos que reuniam diversos profissionais de países diferentes, como congressos e jornadas, foram o principal meio para que esses temas pudessem ser discutidos e pensados.

As temáticas levantadas nos congressos latino americanos muitas vezes serviram de base para os congressos realizados posteriormente no Brasil. Foi o caso do 2º Congresso Pan Americano realizado no ano de 1925 em Santiago, onde

se discutiu o problema da habitação entrando em aspectos como, a melhor localização para a instalação das habitações e a produção em série, dentre outros. É neste congresso onde, pela primeira vez, é abordada a questão do envolvimento dos arquitetos com os problemas habitacionais. As discussões, entretanto, não saíram do papel e nada foi feito de forma prática.

O 1º Congresso de Habitação de 1931 realizado em São Paulo tratou do tema da Habitação Econômica, é interessante perceber aqui que, com o passar do tempo, várias nomenclaturas foram utilizadas para se tratar das habitações para a população de menor renda. Neste congresso, os debates foram acerca do barateamento da construção, envolvendo tudo que poderia contribuir para a redução de custos, como a dimensão das unidades, a quantidade de cômodos e até a redução do pé direito.

O congresso teve um foco essencialmente técnico ao focar quase que unicamente na construção em si, como descreve Porangaba (2019) “O caráter assistencial e humano sobre o problema em questão acabou sendo posto em segundo plano em relação aos aspectos econômicos, racionais, higienistas e moralista dos congressistas”.

As ideias de moral e civilidade que tomaram conta dos discursos chegaram a sugerir que a habitação coletiva serviria apenas para as famílias com melhores níveis financeiros, deixando claro que era preciso antes “ser educado” para morar em habitações mais modernas, para a população com rendas menores cabia apenas as moradias unifamiliares, que “já eram acostumados”. Desta forma, o homem que deveria se adequar a casa e a sua forma de morar, e não a casa ser feita para o homem, uma ideia bastante controversa.

As discussões do 1º Congresso de Habitação resultaram em algumas propostas para moradia, essas seriam destinadas apenas para trabalhadores formais, excluindo assim a maior parte dos necessitados, que além de não ter direito a essa moradia, não poderiam habitar nas favelas, porque essas, segundo o discurso dos congressistas, deveriam ser extintas por ser o berço de tantas coisas ruins na sociedade.

É contemporâneo a esses debates os projetos habitacionais dos IAPs, estes foram destinados a população operária e projetados por arquitetos, em parte recém formados, que se utilizaram dos conceitos da arquitetura moderna para seus

projetos. Ao analisar o funcionamento dos IAPs é possível ver o reflexo das opiniões levantadas no congresso.

Essas discussões acerca da habitação estavam presentes apenas no meio profissional, em muitos aspectos mantido apenas na teoria. Desde essa época já se falava da necessária aproximação do profissional arquiteto dessas realidades, por mais problemático que fossem as suas opiniões. A questão da habitação de interesse social ainda estava longe de fazer parte do ensino para os futuros profissionais, tornando esse um assunto reservado apenas para os que atuavam com projetos, deixando longe da academia, que ainda buscava preservar suas características essencialmente artísticas.

Para a necessidade habitacional e pensamento dos profissionais da época, os conceitos da arquitetura moderna pareciam se encaixar perfeitamente, como explica Pulhez (2007), “rondava os temas da ‘habitação modular’, aquela que superaria os atrasos, que elaboraria novas formas de sociabilidade, que eliminaria as ignorâncias e os conservadorismos dos modos de morar das camadas mais populares.”

Organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, no ano de 1945 em São Paulo; nele estava em discussão qual seria a função social do arquiteto, a questão do ensino de arquitetura e a construção de casas populares (PORANGABA, 2019). Mais uma vez, muito se discutiu e pouco foi colocado em prática, era consenso geral que cabia ao Governo Federal tomar a frente para solucionar os problemas de habitação. Além disso, foi colocado em pauta o discurso excludente, que defendia que as casas populares não deveriam ser vendidas ou dadas, mas sim, alugadas.

Embora os discursos não tomassem força suficiente para ser colocado em prática, havia entre os arquitetos, alguns que buscavam estudar e repensar a casa popular, aqueles que pessoalmente se interessavam pelo assunto, tudo em âmbito profissional. Mesmo com essa movimentação, o ambiente de ensino, dentro das reformas de currículo que sofriam, parecia não considerar importante essa temática dentro do curso de arquitetura. Com a mudança do currículo de 1945, que se tornou o padrão nacional, essa falta foi “oficializada” e se expandiu para os cursos de todo o país.

Porangaba (2019) ao falar sobre essa realidade explica que, “o estrato social priorizado oficialmente pelo ensino de arquitetura continuou sendo a minoria

detentora dos maiores rendimentos financeiros da sociedade brasileira.” Desta forma, apenas docentes adeptos de ministrar sobre o tema poderiam utilizar do seu espaço para que “informalmente” seus alunos tivessem contato com a arquitetura social.

Seguindo a linha dos congressos, em busca de popularizar a arquitetura, o IAB organizou o 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos em 1954, trazendo como conteúdo uma série de críticas à produção da arquitetura moderna no país, em forma de autocrítica, tratando também sobre a democratização da arquitetura, a importância de se aproximar da realidade social, e as possíveis consequências, se a arquitetura continuasse de forma elitizada até na constituição de seus programas., Alguns pontos levantados nesse congresso foram:

1) A arquitetura brasileira está ameaçada de degenerescência devido ao seu isolamento do povo; 2) A única possibilidade de desenvolvimento da arquitetura brasileira reside em sua democratização, na base da satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo; 3) Os conhecimentos teóricos dos arquitetos sobre os problemas sociais, históricos e estéticos desempenham um papel decisivo da evolução da arquitetura. **O debate desses problemas no IAB, nas organizações estudantis, e nas escolas é uma necessidade urgente da arquitetura brasileira** (RIBEIRO et al, 1987, p. 154, APUD PORANGABA, 2019, p.100-101, grifo nosso).

Os pontos levantados pelo 4º CBA mostram a mudança de pensamento que aconteceu no espaço de tempo desde o 1º CBA, os resultados (ou a falta deles) das intervenções em busca de solucionar o problema da habitação, e o conseqüente agravamento da realidade, deixou inquieto parte dos profissionais que identificaram como um grande problema para a arquitetura brasileira o afastamento dos seus problemas reais. De forma mais enfatizada, se mostrou necessário a ampliação desse debate sobre os pontos levantados também entre os estudantes e escolas de arquitetura.

Em 1960 estava em discussão na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais a constituição do curso, lá estavam reunidos estudantes, diretores e professores de arquitetura de diversos locais do país, e as alterações propostas visavam, segundo Porangaba (2019), a reestruturação do curso de arquitetura e de urbanismo quanto à sequência de disciplinas, a retirada e o acréscimo de algumas cadeiras, entre outras coisas. Quanto à questão da habitação de interesse social, dentro desse anseio por mudança de currículo, Porangaba (2019) explica que:

Do ponto de vista dos estudos voltados para a habitação popular ou social, considera-se que a proposta de unificação dos cursos de arquitetura com os de urbanismo seria benéfica, além de ampliar o horizonte profissional, os temas/problemas em questão não estariam mais atrelados a um curso de especialização e sim, como conteúdo possivelmente corrente na graduação. (PORANGABA, 2019, p.102)

Naquele período, existia a ideia de discutir essas questões a respeito da moradia e da cidade em cadeiras de urbanismo. De início, essas eram oferecidas na pós-graduação, e a proposta em Minas Gerais foi a primeira a considerar integrar o urbanismo à formação dos futuros arquitetos. Mesmo que o debate nos congressos já enxergassem a importância de introduzir os futuros arquitetos nos problemas sociais do Brasil, o meio acadêmico ainda parava na reflexão acerca da “importância de voltar a valorizar, de modo equilibrado, a arte plástica na formação dos futuros arquitetos.” (Porangaba, 2019, p. 101).

A instituição do primeiro currículo mínimo de 1962, não trouxe consigo grandes diferenças quanto ao anterior, mesmo em meio às diversas opiniões levantadas por docentes, foi constituído de forma generalista, neutra e aparentemente “desinteressada” em inserir os futuros profissionais nas temáticas sociais daquele tempo. Parecia ser “complicado demais” tratar dessas realidades em um curso de arquitetura.

Desta forma, a habitação de interesse social foi colocada como conhecimento secundário, sendo passado adiante apenas por professores que a considerassem importante para a formação, dentro das cadeiras que estavam responsáveis, realidade já existente há um tempo. O currículo ficou aberto à interpretação de cada instituição, podendo haver algumas variações de abordagem.

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), realizado em 1963 e também promovido pelo IAB, trouxe para arquitetos, urbanistas, engenheiros, sociólogos e outros profissionais interessados, o debate sobre a realidade habitacional brasileira, o envolvimento desses profissionais na busca por uma efetiva política habitacional, e associada à questão urbana, os trouxe a debater no SHRU através dos seguintes grupos temáticos:

Grupo I – A situação habitacional do país; Grupo II – A habitação e o aglomerado urbano; Grupo III – Reforma Urbana - Medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; Grupo IV – A execução dos programas de planejamento urbano e de habitação (ARQUITETURA, 1963, p. 17 APUD PORANGABA, 2019, p.118).

Como é possível observar, a questão da habitação foi considerada como um problema urbano, trazendo um olhar menos técnico-construtivo, como nos eventos anteriores, e mais predominantemente sociopolítico. Essa foi apenas uma das notórias mudanças na abordagem da questão habitacional em congressos, Porangaba (2019) relaciona alguns dos pontos levantados nesse Seminário que demonstram as diferenças:

[...] Percebe-se ainda nas propostas formuladas, que os profissionais envolvidos no SHRU encararam a questão da habitação como um problema de ordem urbana, com propostas que defendiam a **democratização do acesso à moradia** e o reconhecimento de uma **justiça social** ao evidenciarem uma preocupação com as necessidades e demandas da população de baixa renda residente nas denominadas “sub-habitações”, ou seja, “favelas, cortiços, mocambos, malocas, barracos” (ARQUITETURA, 1963, p. 19 APUD PORANGABA, 2019, p.119, grifo nosso).

Inglez de Souza (2009) afirma que, para se entender um pouco do que se pensava e discutia nesse período do Seminário, é necessário buscar aquilo que estava sendo escrito em artigos de revistas de arquitetura por alguns profissionais; esses eram um dos principais meios de veicular novas ideias e propostas. O autor cita que, na revista intitulada ‘Arquitetura’:

[...] Em editoriais sucessivos, escritos embora não assinados por Maurício Nogueira Batista, e a série de artigos intitulada “O problema da habitação e os arquitetos” o empenho do IAB em “criar uma consciência nacional dos problema habitacional” se soma à discussão de aspectos específicos do problema habitacional brasileiro bem como da função social da arquitetura. (INGLEZ DE SOUZA, 2008, p.25)

Outro ponto levantado na SHRU que mostra uma posição diferente dos profissionais, tendo em vista eventos anteriores, é a importância de oferecer habitação de qualidade para aqueles que não tinham condições de pagar, e que antes ficavam excluídos de programas governamentais.

Embora que, por influência da arquitetura moderna, a maioria dos arquitetos quando projetavam habitações de interesse social, desenhavam conjuntos de edifícios multi familiares, por serem lidos como a melhor forma de se promover habitação nessas condições, neste seminário também foi defendido por um grupo de arquitetos, uma outra forma de fornecer moradia para os mais necessitados, sendo utilizado a autoconstrução, e requerendo uma aproximação do profissional com a população necessitada.

É importante ressaltar que, como explica Porangaba (2019), um problema recorrente naquele período era a “falta de preparação dos arquitetos em lidar com a realidade da favela e de sua linguagem própria no modo de produzir a moradia”, de fato, o profissional arquiteto passou muito tempo caminhando distante das classes mais desfavorecidas.

A nova proposta envolvendo a autoconstrução tornava necessário esse envolvimento maior do profissional com o cliente, no sentido de compartilhar informações práticas de técnicas construtivas, vez que o cliente, nesse caso, também seria o executor da sua edificação. Nesse período, algumas ações de intervenção em assentamentos precários e favelas, com o envolvimento de profissionais arquitetos, são vistos como pioneiros nesses aspectos de aproximação, envolvimento e saber arquitetônico popular.

Entre essas experiências, as que tiveram maior relevância e repercussão nacional foram a experiência de Cajueiro Seco, na cidade do Recife, liderado pelo arquiteto carioca, que estava já há um tempo instalado na cidade, Acácio Gil Borsoi e a experiência em Brás da Pina, localizada no Rio de Janeiro, e com o envolvimento do escritório Quadra Arquitetos Associados.

É possível perceber esse movimento de aproximação também dentro das universidades, com profissionais ainda em formação, como é o caso do MUD, o Movimento Universitário de Desfavelamento, que atuou em São Paulo no processo de desfavelamento das favelas do Canindé e Vergueiro. O movimento era composto por estudantes de diversos cursos da Universidade de São Paulo, e entre eles estavam os de arquitetura.

Por mais que na época a política de extinção das favelas ainda era adotada, esse exemplo mostra uma iniciativa que envolveu o diálogo dos profissionais com a população, em vista a atender suas necessidades, os levando a sair da bolha acadêmica que muitas vezes ficavam inseridos, por influência da conformação do currículo acadêmico. O movimento tinha ligação com a Divisão de Serviço Social da prefeitura, que dava a oportunidade para que os estudantes participassem junto em programas de desfavelamento.

França (2009) explica que, o envolvimento dos estudantes nas ações resultava em publicação de trabalhos, estes serviam para divulgar as ideias sobre a natureza dos problemas sociais e habitacionais, além de preparar os estudantes para a futura vida profissional. A experiência na favela do Vergueiro, por exemplo,

“permitiu aos estudantes a preparação de uma metodologia de trabalho que abrangia desde os levantamentos socioeconômicos, o levantamento cadastral e topográfico, até a elaboração do Plano de Desfavelamento.” (FRANÇA, 2009, p.25)

Importante perceber essa tendência de aproximação dentro e fora da academia, com os profissionais já formados e consolidados e com os que ainda estão em formação, reflete uma mudança de mentalidade que aproxima o arquiteto do popular, do que antes não tinha relevância. A busca pela função social do arquiteto, que já há um tempo estava em pauta, os traz a tocar na questão da habitação de interesse social fora de uma ótica moderna, de conjuntos habitacionais e grandes produções em série, chegando naqueles que desde o início foram os mais afetados pela falta de moradia adequada.

2.2 PRIMEIRAS INICIATIVAS

Olhar para algumas das experiências mais representativas em arquitetura de interesse social dessa época é perceber que tudo parece acontecer de forma concomitante ou em um curto espaço de tempo. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana, as discussões em revistas e as propostas, tudo em meio a essa busca de exercer a função social da profissão e fazer chegar aos mais necessitados uma moradia digna através de estudos, pesquisa, envolvimento com a população e mão de obra.

Demonstra então, desta forma, as barreiras que vão sendo vencidas, as adaptações necessárias e o resultado do empenho que uma parcela de profissionais e estudantes teve, em começar a pôr em prática aquilo que já era visto como necessário há alguns anos. As primeiras iniciativas são significativos parâmetros para se perceber a evolução alcançada, ou não, das ações de produção de habitação voltada para a população de baixa renda.

Embora possam existir outras iniciativas desse mesmo período que sejam relevantes para destacar essa mudança de atitude profissional, serão destacadas duas destas, sendo uma no nordeste brasileiro, o caso de Cajueiro Seco (Recife), e outra no sudeste, como é o caso de Brás da Pina (Rio de Janeiro).

2.2.1 A experiência de Cajueiro Seco

O cenário onde acontece a experiência é cercado de mudanças políticas, recentemente eleito como governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes, carrega desde a sua posse o discurso de enfrentar o problema da habitação na cidade do Recife, sendo o seu foco principal os Mocambos, trazendo um novo olhar sobre esse tipo de moradia. Dentro dessa ótica é importante ressaltar o que foi A Liga Social Contra o Mocambo e a sua relação com o pioneirismo de Cajueiro Seco.

Fundada em 1939, durante o governo de Agamenon Magalhães, como uma verdadeira “Campanha contra o Mocambo” (INGLEZ DE SOUZA, 2008, p.118), tinha como objetivo remover esse tipo de moradia fomentando a construção de casas “higiênicas”, além de agir tentando desestruturar qualquer possibilidade de mobilização social. Como uma de suas primeiras ações, realizaram uma espécie de senso para coletar dados a respeito dos mocambos, estima-se que, naquela época, mais da metade da população recifense habitava desta forma, como explica Inglez de Souza (2008):

[...] Nesse momento, detectou-se um fato que seria repetidamente constatado em outros estudos posteriores acerca da questão: mais da metade da população recifense morava em mocambos, o que ensejava o questionamento do mito da marginalidade, surpreendente para a época e somente retomado em outros lugares depois de décadas. Nos mocambos moravam funcionários públicos, operários assalariados, portuários, trabalhadores informais, biscateiros e eventualmente marginais entre uma população que só fazia crescer e aparecer como símbolo do atraso na metrópole recifense (INGLEZ DE SOUZA, 2008, p.119)

A existência de Mocambos em Recife era resultado do rápido aumento populacional que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1940 e a urgência, juntamente com o pouco recurso financeiro, que aquela população tinha para construir sua própria moradia. A maior parte dos mocambos se encontravam nas áreas alagadas e de mangue, ali, algumas famílias aproveitavam para tirar seu próprio sustento, através da coleta de peixes, caranguejos e mariscos.

Nesta época, A Liga Social Contra o Mocambo exercia com rapidez o seu objetivo de extinguir essa forma de moradia, ao conseguir colocar suas ações de demolição em prática de forma acelerada, não era capaz, de com a mesma urgência, construir moradias para aqueles que ficaram desabrigados, chegando a não suprir nem $\frac{1}{4}$ daquilo que era necessário. Após alguns anos atuando desta

forma, em 1945 foi transformada em autarquia ligada ao governo estadual, passando a se chamar Serviço Social Contra o Mocambo.

A autarquia foi responsável pela construção de vilas, e posteriormente quando passou a ter mais capital, adquiriu terras e construiu conjuntos de unidades isoladas no lote (INGLEZ DE SOUZA, 2008, p.123), que foi realizado no Alto Jordão. A experiência de Cajueiro Seco nasceu de uma dessas ações, e se tornou a mais reconhecida nacionalmente, foi resultado da necessidade de transferir pessoas que tinham se instalado em um terreno histórico, no Parque Nacional dos Montes Guararapes.

Para a realocação das famílias desalojadas foi escolhido um terreno nas proximidades de onde estavam anteriormente. O governo do estado, no seguimento do Serviço Social Contra o Mocambo, elaborou um plano urbanístico, onde foram previstos espaços públicos e coletivos para a população, lotes unifamiliares de tamanho regular colocavam ordem, naquilo que seria privativo para cada família.

O que chamou mais atenção nessa iniciativa foi a forma como o arquiteto pensou as casas, tanto o material utilizado quanto a forma racionalizada que seria empregado, além da participação direta dos moradores na construção de suas residências. Houve o aproveitamento do uso de uma técnica já conhecida, que é a Taipa, conhecida também como barro-armado, e de materiais que pudessem ser obtidos a baixo custo. (BIERRENBACH, 2008, p.50)

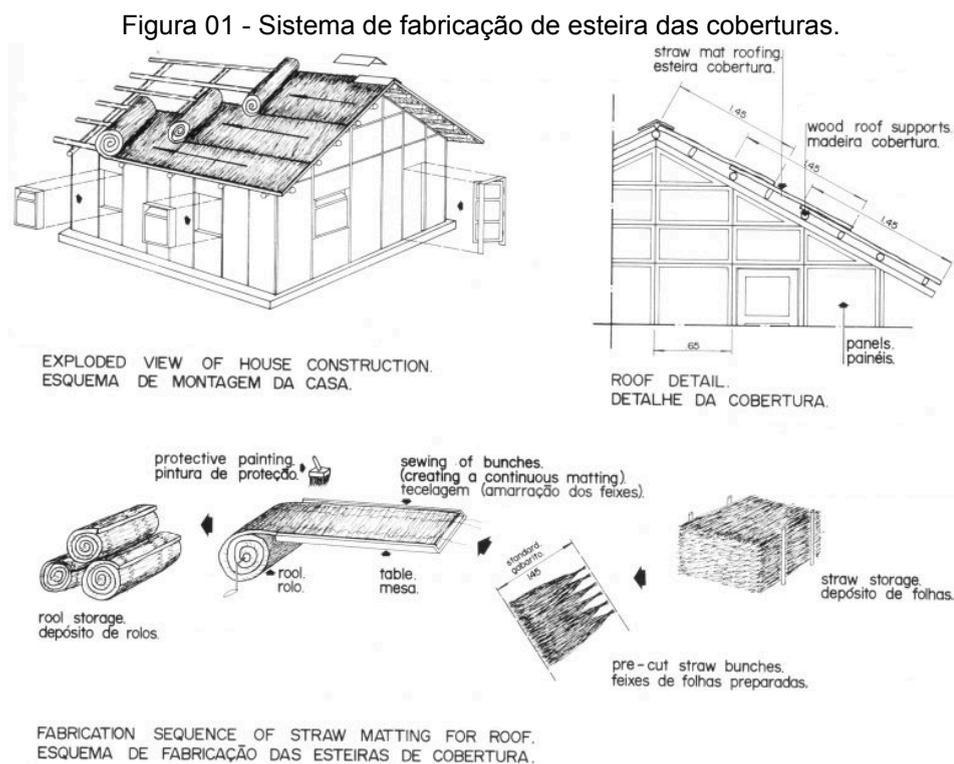
A forma como o sistema de barro-armado foi racionalizado, a fim de facilitar o processo de autoconstrução se deu em duas fases, a de fabricação e a de montagem, como explica Bierrenbach (2008):

Na primeira fase são executados painéis de madeira em série, que contam com dimensões variadas. A fabricação desses painéis segue uma linha de montagem coletiva, com diversas etapas. Na segunda fase, a montagem é individual. Esse sistema pretende garantir que o usuário monte a sua casa como melhor lhe convenha, utilizando tipologias que lhe sejam conhecidas (BIERRENBACH, 2008, p.50)

As cobertas também foram pensadas a fim de facilitar o processo de construção, sendo elas de esteira de palha ou capim tratado, costurados e fornecidos em rolos, prontos para serem colocados diretamente nas casas. Para banheiros e demais áreas molhadas, foi proposta uma pequena fábrica de artefatos de cimentos pré-fabricados, que facilitaria a instalação dos moradores.

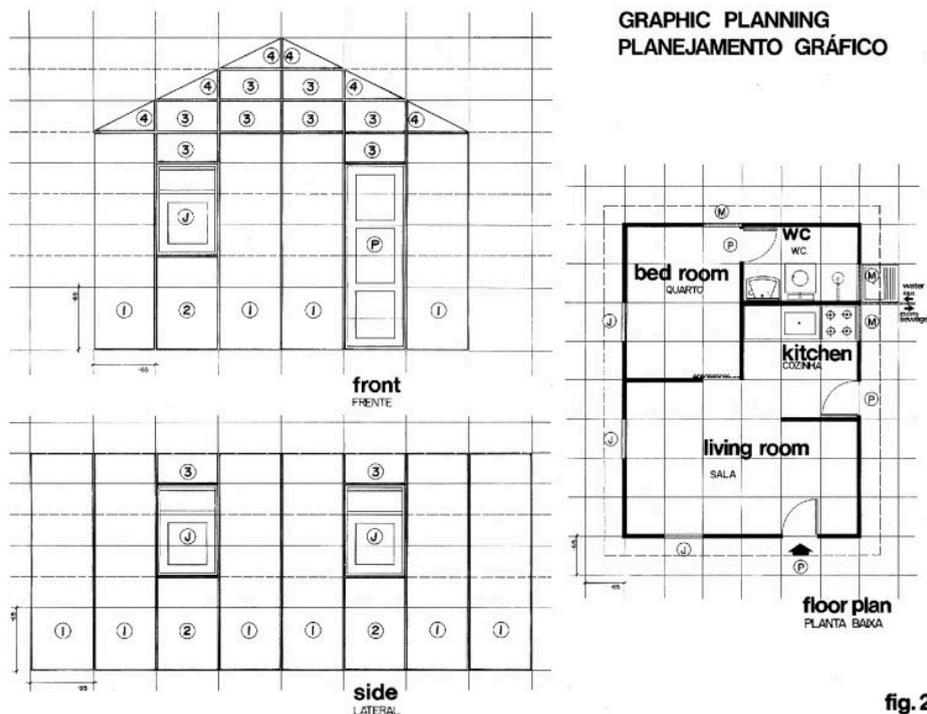
Equipamentos sanitários também foram fornecidos, ficando toda a mão de obra para as famílias.

Um site dedicado às obras do arquiteto responsável pelo projeto, Acácio Gil Borsoi, possui um acervo fotográfico com registro das construções e as plantas explicativas de como deveria ser montada a edificação. Alguns desses registros estão presentes nas figuras 01, 02 e 03.



Fonte: BORSOI, 2016.

Figura 02 - Planejamento de montagem das casas.



Fonte: BORSOI, 2016.

Figura 03 - Momento de montagem de uma das casas.



Fonte: BORSOI, 2016.

A experiência de Cajueiro Seco fica então marcada como uma ação inovadora por parte dos arquitetos responsáveis, por mais que o projeto que teve início em 1962 tenha sido bruscamente interrompido pelo governo militar em 1964,

serve até hoje como exemplo de uma arquitetura que não exitou em se aproximar do popular, buscando soluções adequadas em cooperação com a comunidade.

2.2.2 A experiência em Brás da Pina

No período do processo de urbanização da favela de Brás da Pina, estava em vigor, pelo governo do estado do Rio de Janeiro, a ideia de remoção das favelas e realocação dos moradores para outros lugares. Entre as favelas que estavam listadas para passar pelo processo de erradicação, Brás da Pina foi a que demonstrou maior resistência a ação, estando com a associação de moradores unificada e fortalecida, com o intuito de apresentar uma proposta de urbanização para área, em contraposição a remoção que tinha começado a acontecer.

No final do ano de 1964, o esquema de remoção organizado pelo governo do estado da Guanabara, visava principalmente as favelas que estivessem localizadas em terrenos valiosos, buscando assim um retorno financeiro que tornasse possível outras ações. Não foi previsto pelo governo a resistência organizada pelos moradores da comunidade, como cita Silva (2019), o estado só conseguiu remover 180 famílias que foram realocadas para unidades da Companhia de Habitação Popular (COHAB), outras 800 famílias que permaneceram no local mantiveram a resistência à ação de remoção.

As famílias que ali moravam, não apenas haviam construído as suas casas no local, mas, também foram responsáveis por encontrar, com as próprias mãos, um meio para habitar em um terreno pantanoso, através de aterros realizados de modo gradual (SILVA, 2019), o terreno sofria inundações em períodos de chuva forte e maré alta, além de ter muita lama. Santos (1981) apud Silva (2019) relata que:

Não eram só casas que os favelados tinham feito para morar. Eles também tiveram de fazer o chão onde assentá-las – “esperávamos baixar as águas e formávamos uma ilha, puxando a lama. No começo, quando as águas subiam, invadiam o barraco até os joelhos. Com a continuação do aterro, em que eu, meu marido e minha filha trabalhávamos dia e noite, ficamos livre das águas.” O esforço individual e coletivo foi respeitável, a ponto de o pântano acabar restrito a um charco central, permanentemente cheio de água podre (SANTOS, 1981, p.36 apud Silva, 2019, p.112).

Pelas condições do terreno, a grande maioria das construções eram palafitas de madeira, o material utilizado era devido ao baixo custo, tendo em vista que eram grandes as possibilidades de remoção, por esses mesmos motivos, menos de 5%

das construções, apenas, eram construídas em alvenaria. Não havia motivo para os moradores investirem em suas moradias, se não tinham a segurança de posse daquela terra.

Os moradores conseguiram através do contato com a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), o apoio técnico do grupo Quadra Arquitetos e Associados Ltda. para a elaboração do plano urbano para Brás de Pina. O Grupo Quadra era composto pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo, a ação também teve a participação de outros técnicos.

O início do estudo para a urbanização consistiu em um trabalho de campo, onde foram realizados diagnósticos pelos próprios moradores com a orientação dos arquitetos. Toda a ação foi feita em conjunto, em um movimento onde os arquitetos paravam para ouvir os moradores quanto às suas ideias e pensamentos, sobre o que achavam que dariam certo ou não, abandonando a posição de especialistas com melhores soluções para entrar em um acordo com a população. Logo após, a segunda etapa consistiu na elaboração do sistema viário e um estudo de divisão de terras (SILVA, 2019).

Em meio a elaboração da urbanização de Brás de Pina, houve a mudança do governo do estado. Negrão Lima, ao assumir, se posicionou contra as remoções e adotou políticas em relação a isso, possibilitando assim o financiamento para colocar em prática o projeto de urbanização. Silva (2019) cita que entre os financiadores estavam o Banco Nacional de Habitação, a Fundação Leão XIII e a COHAB, sem contar com os atores envolvidos, que foram essenciais desde o começo para que o projeto tivesse início, foram eles os próprios moradores, a associação, os membros do Quadra Arquitetos Associados Ltda e a CODESCO.

A experiência que os arquitetos se propuseram a realizar de trabalhar em conjunto com os moradores os possibilitou até receberem sugestões de plantas baixas, que mesmo distantes tecnicamente do que seria o ideal, foram levadas em conta para a elaboração de sugestões que englobam a proposta dos arquitetos e a dos moradores, ficando a critério de cada família qual modelo escolheriam construir. Similar à experiência em Cajueiro Seco, as construções das casas ficaram como responsabilidade do morador, havendo concessão de financiamento do material de construção e a possibilidade de assistência técnica caso solicitado pela família (SILVA, 2019).

Outra realidade que precisou ser adequada na implantação do projeto foi a questão da infraestrutura de rede de água, luz e esgoto, por serem situações diferentes, a forma convencional de se instalar as citadas infraestruturas na cidade formal não era compatível com a necessidade de instalação na favela, Pulhez (2008) explica que:

[...] Na verdade, a urbanização se deu na base do empirismo, mas, surpreendentemente, a gestão do processo revelou-se, então, algo transgressora a relação (ou a 'parceria') entre arquiteto e morador se deu à maneira, quase, de uma "antiarquitetura" em que o que havia de precário, flexível, improvisado e inacabado somou-se ao conhecimento técnico através de um largo (e conflituoso) processo de participação da comunidade. Os moradores apresentavam desenhos aos técnicos na tentativa de compor um projeto que contivesse um saber da casa, ou do morar, que não fosse puramente acadêmico [...] (PULHEZ, 2008, p.73)

A experiência em Brás de Pina se tornou marcante na história por sua forte característica de aproximação do profissional arquiteto com a população, no uso do necessário 'jogo de cintura' para pensar em novas formas e soluções que saíssem do convencional para se adequar às necessidades da favela, os arquitetos envolvidos na ação, ao registrarem a sua experiência, serviram de exemplo para incentivar que outros buscassem trabalhar da mesma forma e com o mesmo público, mostrando que o saber acadêmico é apenas uma base e que é necessário mais para se trabalhar com o popular.

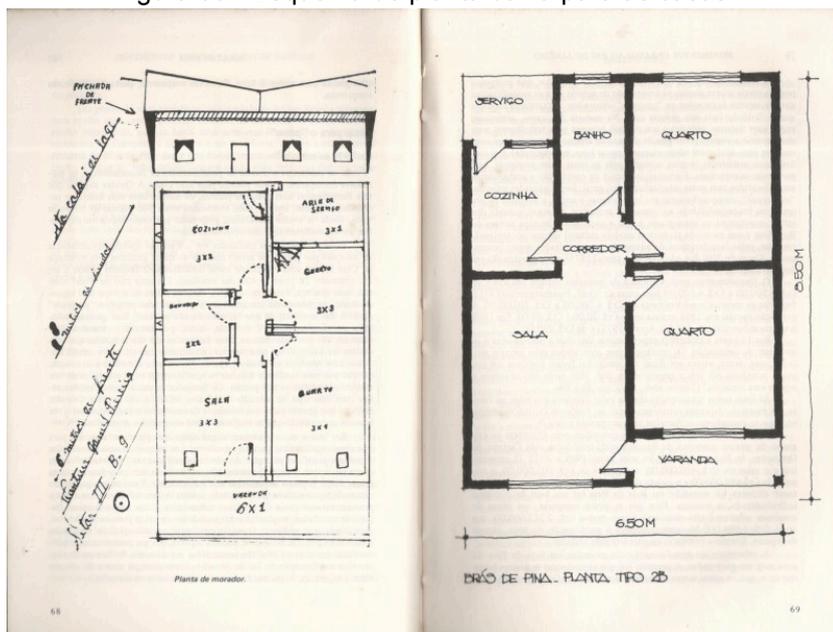
As imagens abaixo, referenciadas como figuras 04, 05 e 06, servem para ilustrar o processo de transformação em Brás da Pina. A tipologia inicial das edificações, o processo de projeto juntamente com a comunidade e o resultado pós intervenção.

Figura 04 - Casas em Brás da Pina antes da intervenção.



Fonte: SANTOS, 1981

Figura 05 - Esquema de planta baixa para as casas.



Fonte: SANTOS, 1981

Figura 06 - Brás da Pina após intervenção.



Fonte: SANTOS, 1981

É interessante perceber aspectos importantes contidos nas duas experiências pioneiras, como o uso do saber técnico aliado à criatividade e a adaptação construtiva, e também a metodologia de desenvolvimento do projeto em si, com o entrosamento da população em todo o processo. De fato, as primeiras boas experiências são capazes de construir bons parâmetros de base, e servir de impulso para mudança, a partir da identificação desses aspectos é possível estudar, discutir, propor, e assim, avançar.

2.3 A NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO ACADÊMICA

Alexsandro Porangaba (2019) ao falar sobre a atuação dos arquitetos no período da ditadura militar no país, explica que os arquitetos tinham duas formas mais conhecidas de atuar na questão da habitação de interesse social, uma delas era estar vinculado às instâncias estatais e por meio de contratação com construtoras para desenvolver projeto de empreendimentos de maior porte. Arquitetos adeptos dessa linha, como Paulo Mendes da Rocha, Vilanova Artigas e entre outros, foram responsáveis por alguns projetos de conjuntos habitacionais do BNH.

A outra corrente de atuação utilizava a “prática popular como base para a produção de habitação, com o desenvolvimento de propostas habitacionais a partir da aceitação das formas espontâneas de moradia.” (PORANGABA, 2019, p. 122), assumindo assim uma posição crítica, contra a ideia de construção de conjuntos habitacionais, por não ser acessível a uma população mais pobre devido aos seus custos. Os arquitetos Acácio Gil Borsoi e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com seus projetos já citados, se aproximaram mais dessa linha profissional.

As experiências em Cajueiro Seco e Brás da Pina tiveram repercussão nacional, e foram citados como exemplo por outros profissionais, como Lina Bo Bardi, que ao tomar conhecimento sobre a experiência no Recife, a utilizou como inspiração, anos mais tarde, para realizar seu projeto na comunidade de Camurupim em Sergipe, de um conjunto de casas populares entre 1975-1976, durante a ditadura militar. (PORANGABA, 2019,p.126), infelizmente, o projeto não chegou a sair do papel.

O X Congresso Internacional da União Internacional de Arquitetos (UIA), realizado em 1969, trouxe como tema justamente a questão da abordagem profissional do arquiteto em relação a habitação popular, Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi um dos que encabeçaram o debate através da apresentação do seu trabalho desenvolvido com outros arquitetos, intitulado “*A participação do arquiteto nos programas de interesse social*”. De forma mais específica, esse congresso manteve o olhar e o discurso nas favelas, não mais com ideias remocionistas ou higienista em predominância, como ocorria há alguns anos atrás.

Para iluminar as discussões do congresso, foram levantados alguns questionamentos:

- a. Em que medida a incorporação de soluções individuais e espontâneas de moradia – tais como as que encontramos nas favelas e que achamos muitas vezes válidas – e sua tradução na linguagem própria dos arquitetos, poderia contribuir para a realização de transcendência social?
 - b. Como as potencialidades do favelado, considerando a existência de uma mobilidade social de velocidade diferente nas nossas diversas situações culturais, poderiam ser canalizadas para contribuir para a solução dos problemas de moradia das populações de baixa renda?
 - c. Estamos preparados, os arquitetos de países subdesenvolvidos, para encarar estes aspectos especiais da nossa realidade para os quais nossa participação é solicitada?
- (SANTOS et al. 1969, p. 128-129 APUD PORANGABA, 2019, p. 129-130).

É apontado como um marco de transformação na forma de enfrentar o problema da habitação de interesse social o posicionamento e abordagem do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Por meio do seu trabalho junto a outros profissionais, foram elaboradas propostas acerca da efetivação dessa mudança de atitude profissional e acadêmica.

Dois pontos mais centrais estavam envolvidos em seu discurso, sendo eles a forma de contribuição que os arquitetos e urbanistas podiam oferecer aos programas de habitação, e a formação acadêmica para que os futuros profissionais fossem inseridos na dinâmica de atendimento das necessidades da população de baixa renda.

Para Santos (1969), a mudança aconteceria quando os profissionais não mais estivessem engessados em uma arquitetura para classes mais favorecidas, e o motor para essa mudança estaria nos cursos de graduação, como Porangaba (2019) explica nesse trecho:

[...] Era nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo que os futuros arquitetos e urbanistas deveriam ser incentivados a desenvolver a capacidade de observar e estudar diferentes realidades sociais e formas de culturas coexistentes. Para tanto, seria necessário que os programas de estudo fossem revistos e se adequassem à realidade da população de baixa renda, a fim de “[...] melhor equipar os profissionais de arquitetura para ajudar a fazer dela um fator de promoção social” (SANTOS et al. 1969, p. 132 APUD PORANGABA, 2019, p. 130)

De forma mais específica, foi sugerido que em cada disciplina do curso de graduação pudesse ser inserido algum aspecto que envolvesse a habitação de interesse social, contendo assim estudo dos extratos sociais, relação de conceitos com a solução das habitações populares, composição e estudo das formas espontâneas de conformação do espaço, e estudo sobre aglomerados espontâneos e sua relação com o todo urbano (SANTOS et al, 1967, p. 132-133 APUD PORANGABA, 2019, p. 130).

Santos (1986) em seu artigo intitulado “Está na hora de ver as cidades como são de verdade” publicado na revista Projeto, aponta críticas ao BNH por sua falta de acessibilidade a população mais pobre. No geral, muitas críticas estavam relacionadas à forma de atuação e acesso do programa habitacional, outras se relacionam à qualidade arquitetônica do que estava sendo construído.

As discussões nesse período rondavam predominantemente questões mais teóricas da habitação popular, muito era falado sobre os profissionais aprenderem a trabalhar para camadas mais pobres da população, e a necessidade de trazer essas pautas para o meio acadêmico, alguns autores pontuam então a falta de discussão acerca do projeto arquitetônico em si, como na prática desenhar/desenvolver arquitetura de interesse social.

Encontraram então nos ateliês de projeto dos cursos de graduação o espaço propício para realização de pesquisas, análises e críticas sobre a produção habitacional popular, porém, parecia existir uma grande barreira que impedia que isso de fato se realizasse, os cursos pareciam não estar abertos para esse tipo de debate.

Uma alternativa encontrada para suprir essa falta na formação dos futuros profissionais foi a criação de cursos de pós-graduação em planejamento urbano espalhados pelo país, a intenção era justamente trabalhar a habitação social junto com o contexto da cidade.

Ainda dentro da realidade da necessidade dos docentes se posicionarem em favor do ensino sobre habitação de interesse social dentro do curso de forma mais individual e colocassem em prática nas disciplinas que estavam responsáveis, duas professoras da Universidade Federal Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, propuseram o referido assunto para uma cadeira obrigatória do curso, trazendo como temática os “Conjuntos Habitacionais para a População de Baixa Renda” (Porangaba, 2019, p.150)

A disciplina aparece de forma inovadora quando se propõe a trazer como foco um “[...] exame aprofundado dos processos de autoconstrução/autoprodução da moradia popular, entendida como aquela que ocupa/define as periferias e favelas das cidades do Rio de Janeiro” (CANEDO; BIENSTEIN, 1985, p. 42 APUD PORANGABA, 2019, p. 150). Desta forma, as professoras Maria Elisa Meira Canedo e Regina Bienstein conseguem oferecer aos seus alunos uma experiência de realmente se aproximarem da realidade habitacional dentro do contexto da cidade em que habitam.

Porangaba (2019) trás em sua pesquisa, de forma mais detalhada, os objetivos que as docentes pretendiam alcançar com a disciplina, são eles:

- I. Rever nossa prática cotidiana, visando adequar nosso referencial teórico-conceitual às necessidades, possibilidades e valores da comunidade;
- II. Buscar conhecer o conteúdo e reconhecer o mérito das soluções produzidas pelos moradores/comunidade, através do trabalho junto aos mesmos;
- III. Realizar uma pausa crítica e reflexiva para experimentar caminhos possíveis que conduzam a uma produção “interagente” do nosso conhecimento formal com a prática de nosso cliente, a comunidade;
- IV. Transformar a prática de adestramento em prática de formação não só de alunos, como também de professores;
- V. Evitar exercícios simulados, vazios de responsabilidade produtiva e social, e não aproveitáveis;
- VI. Estimular, num processo permanente, através de disciplinas curriculares normais, alunos e professores a produzir dentro da universidade. (CANEDO; BIENSTEIN, 1985, p. 42 APUD PORANGABA, 2019, p. 150-151).

É interessante perceber de forma tão clara a inserção da favela e suas formas de morar na formação dos futuros profissionais. As próprias professoras descrevem etapas que foram realizadas de forma prática com os alunos, para que conseguissem alcançar os objetivos propostos, e relata algumas das dificuldades que tiveram ao tratar do assunto com aqueles jovens.

A disciplina foi ministrada em dois semestres consecutivos, no primeiro semestre os alunos foram chamados a desenvolver um estudo crítico dos conjuntos habitacionais, tiveram contato com outras formas de morar como “exemplo das favelas, cortiços, casas de cômodos, vilas, cabeças de porco e loteamentos periféricos.” (Porangaba, 2019, p.151), além disso, analisaram exemplos de países que procuraram investir na questão da habitação de interesse social. Por fim, trabalharam no desenvolvimento de outras formas de construção, como novas alternativas de produção habitacional.

No segundo semestre da disciplina os alunos foram imersos na prática de produzir a habitação popular com um cliente real, estimulando a troca do saber com a realidade da comunidade. Surgiu a oportunidade de parceria com uma associação de moradores de uma favela do Rio de Janeiro, que solicitou auxílio para desenvolver uma plano urbanístico e habitacional para cerca de 2000 famílias.

Essa experiência possibilitou uma construção em conjunto com a comunidade, ali eles desenvolveram projetos de “parcelamento do solo; áreas públicas; equipamentos comunitários; propostas de melhorias das habitações existentes e novos projetos habitacionais” (CANEDO; BIENSTEIN, 1985 APUD PORANGABA, 2019, p. 152).

Experiências como essas mostram como, mesmo sem o tema da habitação de interesse social estar inserida nas grades do conteúdo curricular do curso de arquitetura, a postura e atitude dos professores comprometidos com o assunto possibilitou a questão habitacional alcançar as salas de aula e os futuros profissionais.

O relato de Canedo e Bienstein (1985) descrito por Parangaba (2019) em sua dissertação, mostra que houve uma certa dificuldade dos discentes em imergir no tema da disciplina, os primeiros resultados dos seus exercícios provam que ainda era preciso quebrar alguns paradigmas relacionados à temática. Mas, é certo que, a iniciativa das professoras já demonstrava um grande passo em direção ao caminho de inserção da realidade habitacional, em especial as comunidades, na formação dos futuros arquitetos e urbanistas no Brasil.

2.4 A LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Avanços foram sendo dados, à medida que o tema da habitação de interesse social passou a ocupar mais espaços, seja nas práticas profissionais, seja dentro dos cursos de formação ou em discussões por meio de outras atividades. Uma das mais relevantes iniciativas a nível federal surgiu por meio da assistência técnica para habitação de interesse social. É possível perceber que, desde as primeiras experiências profissionais e acadêmicas anteriormente relatadas, a assistência técnica esteve presente como um meio de unir o saber técnico do arquiteto com a necessidade dos habitantes, como é o caso da experiência em Brás da Pina.

Oficialmente, a assistência técnica foi levada em consideração como parte da garantia do direito à moradia digna por meio do artigo 2 da Lei Federal n.º 11.888/2008. Esta fornece a famílias com renda mensal até 3 salários mínimos, que residem em área urbana ou rural, o direito à assistência técnica pública e gratuita, que envolve o projeto e a construção da sua moradia, a classificando como habitação de interesse social. A referida Lei foi sancionada em 2008, tornando mais abrangente um movimento que já existia em alguns estados do país.

Surgiu inicialmente no estado do Rio Grande do Sul através do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica, coordenado pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva, no ano de 1976. A ideia era facilitar o processo de legalização das

casas da população mais pobre que acabavam por enfrentar uma grande burocracia na prefeitura por não terem uma planta ou projeto para sua casa (PORANGABA, 2019, p. 222).

Ações parecidas foram tomadas em outros estados do país, através da criação de leis municipais. A repercussão alcançou também os cursos de arquitetura a partir dos anos de 1990, onde ações em Laboratórios de habitação, começaram a atuar prestando assistência técnica a população de menor renda, experiências essas que serão relatadas no próximo capítulo.

Desta forma, a Lei de assistência técnica em habitação de interesse social pode ser considerada como um ápice dos resultados alcançados por meio do avanço ao tratar das questões relacionadas ao déficit habitacional a nível nacional, juntamente com as reivindicações da sociedade civil e de arquitetos e urbanistas envolvidos diretamente com a causa.

A sua formalização abriu ainda mais as possibilidades de se discutir o tema de forma ampla, além de servir como um potencial incentivo para que profissionais da área escolhessem atuar com assistência técnica. Infelizmente, todo o potencial existente não pode ser aproveitado, mesmo com o surgimento de novas formas de atuação através de ONGs, escritórios populares, negócios de impacto social e entre outros: ainda hoje, 15 anos depois, a lei não foi colocada em prática de fato no Brasil, pela falta da criação de recursos orçamentários voltados para essas ações.

Parece haver pouco ou até nenhum interesse por parte do governo de tornar tão importante instrumento para o enfrentamento do problema do déficit habitacional em algo do tamanho que a Lei de assistência técnica em habitação de interesse social tem potencial para ser. Ângelo Arruda (2019) em seu artigo sobre os 10 anos da criação da Lei federal elenca quais seriam as falhas cometidas por diversos agentes relacionados a implantação da mesma, para cada um deles foram levantadas algumas problemáticas.

Segundo Arruda (2019), esses agentes são: os profissionais, sejam eles arquitetos e urbanistas ou engenheiros; as escolas de arquitetura e urbanismo; os governos federal e municipais; os órgãos de justiça (Ministério Público Federal); entidades profissionais e acadêmicas e os conselhos profissionais. Todos teriam uma parcela de responsabilidade para que a lei pudesse ser posta em prática.

Para os profissionais, é necessário optar por atuar em ATHIS e se dedicar a isso como atividade cotidiana, porém, a falta de recursos públicos disponíveis e

outros pontos trazem a questão da remuneração como um ponto desfavorável para que estes escolham essa área.

Em relação às escolas de arquitetura e urbanismo, Arruda (2019) aponta a insuficiência de diversas instituições na hora de abordar o tema da assistência técnica como forma de atuação profissional, além de muitas vezes não instruir os estudantes em como atuar tecnicamente. Leva então a destaque a iniciativa de residência em Arquitetura e Urbanismo voltada para ATHIS existente na Universidade Federal da Bahia.

Continuando na descrição desses agentes, Arruda (2019) pontua o Governo Federal e Municipal, exemplificando a falha em deixar restrito apenas ao programa Minha Casa Minha Vida Entidades Sociais as ações voltadas a ATHIS, quando este abre edital. A falta da implementação de um sistema onde há a reserva de recurso orçamentário destinado a prestação de assistência técnica também fica como uma responsabilidade do estado.

Ao Ministério Público Federal e demais órgãos da justiça fica a responsabilidade por exigir do estado o fornecimento do serviço gratuito para a faixa de renda contemplada pela lei. As entidades profissionais, acadêmicas e conselhos cabe a continuação no papel de divulgar informações e promover discussões acerca da temática.

De fato, para se enfrentar uma problemática tão complexa como o déficit habitacional é preciso identificar os principais agentes capazes de transformar essa realidade. Para cada um há um peso quanto a responsabilidade de implementar alternativas, o estado permanece sendo o principal ator para que a mudança de cenário aconteça, mas isso não exclui a importância da participação ativa dos profissionais arquitetos e urbanistas, e as escolas que os formam, como meio para a transformação. Ainda há muito o que fazer e discutir a respeito desse tema.

3. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS.

Ao identificar que, o percurso percorrido de debates, proposições, críticas e mudanças de pensamentos se fez possível por meio de diversos agentes empenhados em encontrar soluções para o problema habitacional, e, acolhendo que o caminho para continuar nesse movimento de aproximação profissional e ampliação do acesso à moradia se dá através de empenhos parecidos, provocações já existentes, mas ainda tão atuais e incentivos, é possível trazer para o debate acerca dos caminhos possíveis para a democratização do acesso à habitação digna a responsabilidade dos seguintes agentes: **Os cursos de Arquitetura e Urbanismo, o profissional arquiteto e urbanista e o Estado.**

As entidades profissionais, acadêmicas e o conselho de arquitetura estarão inseridos no curso de formação e na própria profissão do arquiteto, já que se relacionam diretamente com os mesmos e contribuem, até certo ponto, para os avanços ocorridos, e os que ainda poderão acontecer. Sabendo que, esses também podem fazer relação com o governo federal tomando a frente da pauta e representando os interesses da classe.

Todo o debate deste capítulo está inserido no contexto da cidade de Recife - Pernambuco, com dados relacionados aos anos de 2020 a 2023, ano de construção e conclusão deste trabalho, mantendo um recorte local e temporal para buscar entender e relacionar através de exemplos, qual a atual situação da habitação de interesse social nos âmbitos dos cursos de formação acadêmica, trazendo para o debate a importância da inserção deste tema no período de formação dos futuros profissionais.

3.1 OS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

A partir da década de 1970, importantes ações vinculadas a instituições de ensino de arquitetura e urbanismo surgiram como uma oportunidade de inserir os futuros profissionais no problema da habitação. Foi o caso do convênio do Banco Nacional de Habitação, e logo após, o surgimento dos laboratórios de habitação. Ambas as ações se mostram como importantes diante do desdobramento da

situação do ensino e atuação profissional em HIS em 2023, tendo em vista que servem como exemplo para a discussão que será levantada.

3.1.1 O Convênio com o Banco Nacional de Habitação

Um projeto pioneiro de parceria do governo com instituições de ensino de diferentes locais do Brasil aparece como importante meio de implementar o tema da habitação de interesse social nos cursos de arquitetura e urbanismo. O Convênio BNH criado em 1974 estabeleceu uma relação direta entre os produtores da HIS e o meio acadêmico, foram escolhidas ao todo 7 universidades situadas em estados do sudeste, centro-oeste e nordeste.

Para que fosse possível estabelecer a parceria, era obrigatório que os respectivos cursos implementassem o tema da Habitação de Interesse social na sua grade curricular em uma disciplina obrigatória, voltada para os alunos dos últimos períodos. O convênio fomentava a pesquisa, desenvolvimento de projetos e o estudo de outras alternativas voltadas à construção de novas HIS, dentro do contexto da cidade em que a instituição estava inserida.

A iniciativa foi, de fato, inovadora, os cursos tinham a liberdade de estudar dentro de sua cidade ou bairro áreas passíveis de intervenção, elas ficavam responsáveis por fazer toda a análise e por levantar os dados necessários para o desenvolvimento de um projeto. Poderiam optar também, por uma pesquisa do campo teórico, como foi o caso desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, que buscou realizar uma análise crítica de edifícios de HIS do BNH, já instalados em Salvador, e também um estudo sobre habitação em favelas.

Em sua dissertação, Porangaba (2019) relata mais informações acerca da experiência do convênio na Bahia através de uma entrevista com um professor que na época se envolveu nesse projeto. O professor Pasqualino Romano Magnavita afirma que o convênio com o BNH resultou na criação do Núcleo de Estudos e Habitação (NEHA) que esteve em atividade nos anos de 1974 e 1975. Foi justamente no NEHA que o trabalho de análise crítica dos edifícios do BNH e habitações em favelas se desenvolveu. Após os primeiros resultados, a pesquisa foi suspensa pelo Banco (PORANGABA, 2019, p. 159).

Magnavita relata também que houve a tentativa de inserir a temática nos ateliês do curso de arquitetura:

De nossa parte, da equipe do NEHA isto ocorria, principalmente comigo que nas disciplinas que lecionava, três temas de interesse social eram realizados: Habitação, Saúde e Educação, levando alunos (a maioria de classe média alta) para visitar favelas que eles não conheciam e ficaram estarecidos [...] (MAGNAVITA, 2019 APUD PORANGABA, 2019, p. 159)

O professor conta que os alunos tiveram certa resistência para trabalhar com o assunto, por se tratar de uma realidade diferente das que eles eram inseridos, aliado a isso, foram influenciados pela ideia de que os projetos deveriam estar mais voltados ao interesse das classes mais altas. Por isso, a maior parte dos alunos não demonstrou interesse em trabalhar com o tema da Habitação de Interesse Social.

Por mais que, na Bahia, os trabalhos não tenham saído do papel, Magnavita, citado por Porangaba (2019), fala do envolvimento da professora Ângela Gordilho, que na época era estudante e monitora no projeto de pesquisa do NEHA. Anos após, Angela se tornou co-fundadora do LabHabitar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) em 1993.

Atualmente, Ângela Gordilho é proponente e coordenadora da implantação do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade/UFBA, na modalidade Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (2011-2019) - pioneiro em Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

Ambas as iniciativas serão citadas no decorrer do trabalho e podem ser consideradas resultado da iniciativa de inserção do tema da Habitação de Interesse Social nas Universidades, seja através da iniciativa dos próprios docentes ou, como foi o caso do Convênio BNH, uma parceria que tornou obrigatório o debate acerca da temática social em determinados cursos de arquitetura pelo país. Não foram encontrados registros de quando essa experiência do BNH teve seu fim.

3.1.2 Os Laboratórios de Habitação e sua influência

O processo de redemocratização no Brasil, com a Constituição de 1988, deu voz novamente para que a população pudesse participar e propor sobre direitos relativos à vida nas cidades, acesso à moradia e à terra (PORANGABA, 2019, p.

176). Ao abordarem a questão do direito à moradia adequada, a proposta de assessoria técnica para a construção da casa própria se tornou popular por ser o desejo já colocado em pauta desde a Lei da Reforma Urbana proposta em 1963. (Porangaba, 2019, p. 197)

Experiências em assistência técnica foram realizadas por profissionais arquitetos e urbanistas formados e também por estudantes. Eram feitas por meio de laboratórios de habitação, vinculados aos cursos de arquitetura e urbanismo de algumas universidades, grupos de pesquisa e Organizações não Governamentais (ONGs). Porangaba (2019) destaca algumas das iniciativas de laboratórios de habitação e ONGs na atuação com assistência técnica.

Um dos destaques foi para o Lab-Hab da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, iniciado em 1982, através da iniciativa dos arquitetos Joan Villà, que na época atuava como professor de projeto na FEBASP, e Jorge Caron, que se encontrava na posição de coordenador do curso, para Porangaba (2019):

[...] o Lab-Hab passou a desempenhar um importante papel no cenário educacional e habitacional direcionado à população de baixa renda ao capacitar alunos da graduação para desenvolver experiências construtivas e projetuais numa época de grande instabilidade dos programas habitacionais no país. (PORANGABA, 2019, p. 197-198)

O Laboratório surgiu a partir do reconhecimento da deficiência de formação que os arquitetos recém formados estavam tendo ao lidar com o “mundo real”, com a população mais necessitada. Nesse mesmo período, os movimentos de moradia estavam ganhando mais força e organização, e a ideia de aliar o conhecimento técnico e acadêmico com as necessidades da população de baixa renda resultou na criação do Lab-Hab. A iniciativa trazia como propósito:

[...] a formação de novos quadros profissionais capazes de intervir na realidade brasileira contemporânea, a partir da produção material da arquitetura e do espaço urbano, [...] desenvolver a experimentação do ensino e da pesquisa aplicada, [...] uma opção consciente e possível de um trabalho dirigido e subordinado às necessidades das amplas parcelas da população [...] (VILLÀ, 2003, apud POMPÉIA, 2006, p.12)

Entre as atividades desenvolvidas com participação de estudantes, engenheiros e arquitetos tiveram Projetos de Urbanização, projeto de implantação de unidades habitacionais, trabalhos de assessoria técnica, estudo de viabilidade de reurbanização, entre outras (Porangaba, 2019, p. 198-199).

Essas ações tinham bastante semelhança com as iniciativas desenvolvidas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos alguns anos antes. Com o tempo, o número de Laboratórios de Habitação cresceu e se espalhou pelo país, podendo ser encontrado em várias regiões, tendo, em dados mais recentes, a maior concentração localizada no nordeste, nos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

Todo esse contato que os laboratórios de habitação favoreceram com as necessidades sociais para aqueles que se envolveram nos projetos e pesquisas, refletiram nas escolhas de atuação de arquitetos e urbanistas recém formados, alguns continuaram através de pesquisas a investigar e propor cada vez mais sobre esse tema. Nomes como Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, que servem de referência hoje para quem procura estudar sobre a política habitacional no Brasil e questões relacionadas à cidade, atuaram como professores no Laboratório de Habitação.

Outros resolveram ingressar nos setores de produção habitacional do estado de São Paulo ou formaram ONGs que atuaram (e ainda atuam), por meio da assistência técnica e utilizando como meios a autoconstrução, autogestão e mutirão popular, como é o caso do Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH), criado em 1990, e da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, fundada em 1993 (PORANGABA, 2019, p. 201).

Ressaltando algumas das ações promovidas por essas ONGs, podemos citar o Mutirão 16 de Julho organizado pelo Usina CTAH, que tinha como objetivo construir cerca de 561 moradias por meio da autogestão e mutirões, recorrendo a recursos do município de São Paulo oferecidos por meio do programa Funaps comunitário. (PORANGABA, 2019, p. 201).

Outro notório projeto desenvolvido pelo Usina é o COPROMO, sigla que significa Cooperativa Pró Moradia de Osasco, neste foram construídas cerca de 1000 moradias. A associação comunitária que ocupava um terreno no bairro de Jardim Piratininga entrou em contato com o Usina para que o projeto de habitação fosse desenvolvido.

Os arquitetos propuseram uma construção verticalizada, com uma composição a partir de plantas de apartamentos com 2 quartos com cerca de 54 m², como havia sido solicitado pela população. Todo o material, modulação e lógica de construção foi pensado a fim de facilitar o processo de mutirão, desta forma destaca-se a implantação da escada em estrutura metálica independente, que

buscou tornar mais seguro o acesso aos pavimentos mais altos, para as pessoas envolvidas na construção.

O conjunto habitacional foi concluído em 1998, sendo constituído por 50 edifícios, e, desde então, serve como exemplo do uso de assessoria técnica, e construção por mutirão autogestionado, se destacando por serem edifícios em altura, o que acreditavam não ser possível, um pouco antes de decidirem por isso. Como explica Arantes (2002), a obra do COPROMO mostra que:

[...] os movimentos de moradia e seus arquitetos não estavam dispostos a simplesmente reproduzir 'precariedades', mas, ao contrário, concentravam seus esforços à procura de soluções modernas, utilizando ao máximo possível os meios técnicos da civilização contemporânea" (ARANTES, 2002: p. 218 APUD VILAÇA; CONSTANTE, 2016)

3.2 OS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO EM RECIFE - PE.

Em Recife - PE e região metropolitana foram identificadas 9 instituições que oferecem o curso de arquitetura e urbanismo, dessas, 8 são particulares e 1 é pública. O curso na Universidade Federal de Pernambuco é o mais antigo entre todos, tendo origem na antiga Escola de Belas Artes e ganhando autonomia na década de 1950 ao se tornar a Faculdade de Arquitetura de Pernambuco.

Identificando que, uma das principais vias de promoção da aproximação do arquiteto com as problemáticas da habitação de interesse social é durante sua formação, foi feita uma breve pesquisa utilizando das informações públicas disponíveis nos sites das instituições a respeito da presença de disciplinas, sendo obrigatórias ou eletivas, ou cursos de extensão, que tivessem como objetivo o estudo sobre a HIS, sendo de forma teórica ou de forma prática.

Dentre as 9 instituições, apenas 1 privada possui disciplina completamente voltada à habitação de interesse social e temas similares, foram apresentadas duas cadeiras do sétimo período (quarto ano do curso), intituladas: Planejamento Urbano 3 - intervenção em assentamentos precários e Projeto de Arquitetura 6 - Habitação de Interesse Social. Na ementa das referidas disciplinas está a descrição do objetivo geral e específico de cada.

A disciplina de Planejamento Urbano 3 atua de forma integrada com as disciplinas de projeto e possui em seu conteúdo programático o estudo e

desenvolvimento do método de intervenção em assentamentos precários, além de abordar temas como regulamentação jurídica e planos de reassentamento. Desta forma, tem como objetivo geral:

Entender a origem do problema habitacional no Brasil, através da análise das diversas tipologias e classificações do déficit habitacional, e dos procedimentos de intervenção em assentamentos precários. **Contribuir para a interdisciplinaridade do curso, através da avaliação da produção dos conjuntos habitacionais de interesse social, a serem desenvolvidos na disciplina de Projeto de Arquitetura VI, nos planos de reassentamentos e de projeto paisagístico no plano urbanístico, através da disciplina de Paisagismo I.** (FACULDADE DAMAS, 2023, grifo nosso)

A disciplina de Projeto de Arquitetura 6 propõe realizar uma análise e discussão de estudo de caso, fazer uma visita para observação pós ocupação de conjuntos habitacionais entre demais atividades que pretendem alcançar o objetivo geral de:

Elaborar projetos de parcelamento do solo e de conjuntos habitacionais de interesse social, ao nível de anteprojeto. Contribuir para a interdisciplinaridade do curso com as disciplinas de Planejamento Urbano III e Paisagismo I. (FACULDADE DAMAS, 2023)

Similar ao que acontece desde a década de 1960, ou até mesmo antes, a falta de uma disciplina explicitamente ligada à questão da HIS, na maioria das instituições, não significa que o tema não seja abordado dentro do curso. A abrangência das diretrizes curriculares nacionais padronizado para todo o país não torna obrigatória essa abordagem, então, mesmo após tantos anos, a habitação para população de baixa renda, a favela, os assentamentos e entre outros, só entram nos estudos dos futuros profissionais se determinado pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, ou agora, se implementado através do Plano Político Pedagógico de cada instituição.

Para melhor esclarecimento da questão, atualmente , os cursos de Arquitetura e Urbanismo de todo o país são baseados nas diretrizes gerais, com abordagem bastante diferentes do antigo currículo mínimo, orientadas através do documento de Diretrizes Curriculares Nacionais. A nova proposta do DCN teve como um dos seus principais objetivos elencar princípios norteadores que prezasse pela flexibilidade e autonomia dentro dos cursos, contribuindo para que:

[...]as instituições de ensino superior pudessem definir a carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos e na especificação das unidades de estudos a serem ministradas; deviam conter a indicação dos tópicos e campos de estudo considerados fundamentais e evitar ao máximo a fixação de conteúdo específico com cargas horárias pré-determinadas; **incentivassem uma sólida formação geral, e fosse permitido aos formandos habilitações diferenciadas em um mesmo programa** (BRASIL, 1997 APUD PORANGABA, 2019, grifo nosso).

A construção do DCN se dá, então, pelas indicações de áreas de conhecimento consideradas essenciais para o curso, não determinando assim cadeiras específicas e carga horária engessada. Toda a liberdade ofertada por meio das diretrizes gerais deixou a cargo da elaboração da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) de cada instituição a inclusão ou não do tema da Habitação de Interesse Social nos cursos.

Desta forma, voltando para o caso de Recife, desde 2010 a estruturação do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE por meio do seu PPC não deixa especificado o tema da HIS em suas disciplinas de forma concreta e obrigatória. As temáticas de Requalificação, Renovação, Urbanização e Conservação, em que se divide o curso, permitem a possibilidade de que a habitação possa estar presente e ser discutida em todos os anos, mas não formalizam a abordagem.

O docente responsável por cada disciplina, seja ela prática ou teórica, pode elaborar a partir das instruções do PPC os objetivos para a mesma, por meio da relação de conteúdos programáticos, conseqüentemente, há a variação da abordagem quando há a mudança do profissional a frente da disciplina.

A partir de experiência própria com o curso da UFPE, é possível destacar que, mesmo a habitação de interesse social, os assentamentos e favelas não estando alocados em alguma disciplina específica, a temática esteve presente nas áreas de Projeto, Planejamento urbano e regional, Estudos socioeconômico e ambiental e Empreendedorismo. As cadeiras de Projeto, sendo as principais de cada período, estavam sempre relacionadas ao contexto da cidade, tanto os projetos de Urbanismo quanto os de Arquitetura.

Ao se tratar de parcelas de bairros da cidade do Recife, nas áreas de projeto, sempre estavam inclusos locais classificados como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), nomenclatura utilizada no Plano Diretor da cidade, que se relacionam a assentamento habitacionais espontâneos de população de baixa renda, ou alguma área ainda não transformada em ZEIS, mas que possuem as mesmas

características territoriais. Desde o primeiro período o estudante tem contato com a realidade urbana e habitacional em suas diversas formas.

Como exemplo dessa abordagem, no semestre de 2016.2 os alunos do primeiro período do curso tiveram como objeto de estudo um recorte do bairro da Várzea, região que faz fronteira com o campus da universidade. Parte da área de projeto era composta pela ZEIS Campo do Banco, esta foi objeto de intervenção na disciplina por uma parcela dos alunos, já que havia a subdivisão do recorte para cada grupo de estudantes, intitulado grupo de estudos (GE), como ilustra a figura 07.

Figura 07 - Recorte de intervenção na ZEIS Campo do Banco.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

No semestre seguinte, os alunos que antes haviam desenvolvido um estudo de projeto urbano para a ZEIS, puderam desenvolver o projeto mais focado em uma área do seu recorte, chegando a trabalhar em uma escala de 1/50, tanto o edifício escolhido para intervenção, quanto os seus arredores, como ilustra a figura 08. Ambos os trabalhos serviram apenas para fins acadêmicos.

Figura 08 - Recorte mais aproximado da intervenção na ZEIS Campo do Banco.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Nos demais períodos do curso é possível desenvolver projetos de habitação de interesse social, ficando a cargo do aluno a escolha dessa temática, tendo em vista que os mesmos tinham a liberdade de escolher qual tipo de projeto gostaria de fazer, sendo comercial, institucional, de cultura ou lazer, habitacional, da área de saúde e entre outros. Quanto ao desenvolvimento de projetos habitacionais, era também escolha do aluno o público alvo.

É pequena a parcela de alunos que escolhem desenvolver projetos na área de Habitação de Interesse Social, mas, é possível ver a sua presença em praticamente todas as turmas de cada período. Experiências mais antigas já relatadas no capítulo anterior, como a do professor Magnavita na UFBA, que comentou sobre a dificuldade dos estudantes em querer se envolver nos trabalhos da área de HIS, questão muito relacionada ao padrão de vida que eles possuíam, por essa não ser uma realidade familiar a eles, e por terem o desejo de desenvolver projetos mais tradicionais e elitizados, mostram que há, às vezes, um movimento dos próprios alunos de não se interessarem na temática, porém, esse quadro tem mudado.

Um grande fator para essa mudança é que a partir de 2016, as vagas nas universidades públicas passaram a ser 50% ocupadas por estudantes incluídos na lei de cotas, esse fato tornou muito mais diverso aqueles que tiveram acesso ao ensino público superior. O acesso a instituições particulares também foi facilitado por

meio de programas como o Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que oferecem bolsa e crédito, respectivamente, para estudantes que não possuem condições de arcar com a mensalidade.

A vivência universitária é um meio essencial para encontrar diferentes realidades e quebrar paradigmas, a possibilidade de imersão em uma arquitetura fora dos padrões tradicionais, desde o início da formação do futuro profissional, ajuda a ampliar a sua visão a respeito do que é ser arquiteto e urbanista, para além da concepção que já poderia existir antes de ingressar no curso.

Uma clara experiência de ampliação de horizonte dentro do meio profissional foi a participação de alguns alunos do sexto período na disciplina de Empreendedorismo, no ano de 2019, ministrado pelo professor Pascal Machado. Em sua metodologia, as primeiras aulas foram divididas para descrever as diversas possibilidades de atuação existente para o arquiteto e urbanista, em algumas delas, foram chamados profissionais atuantes no mercado para falar de suas experiências.

Dentre os convidados, estava o arquiteto Antonio Neto, fundador do negócio de impacto social Arquitetura faz bem. Em sua fala, o arquiteto buscou trazer a importância da arquitetura, como saúde, para a população de baixa renda, e explicou como funcionava o seu negócio voltado à atender através de assessoria técnica moradores de uma comunidade no Recife. Os relatos dos alunos após a referida palestra foram emocionantes, muitos não sabiam da possibilidade de trabalhar em um negócio rentável e atender a necessidade de pessoas que, pelo meio mais tradicional, possivelmente não teriam acesso à arquitetura.

Alguns alunos ali presentes ficaram felizes por ver a possibilidade de atuar nos arredores de onde habitam, pois moravam em comunidades. De fato, foi de um grande ganho para a formação daqueles futuros arquitetos e urbanistas o contato com o empreendedorismo social em arquitetura.

Como mencionado mais acima, essa abordagem na cadeira de empreendedorismo não é fixa, a sua ementa no Plano Pedagógico (2010) do curso a descreve como “A formação do conceito de empreendedorismo na educação básica do arquiteto/urbanista, com vistas ao desenvolvimento social sustentável, evoluindo os conteúdos de Visão, Oportunidade e Criatividade.”. Desta forma, a experiência fornecida pela disciplina em 2019 teve toda a influência do posicionamento do docente.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE foi o mais comentado até então por ser o que mais é possível ter acesso a informação sobre a sua estrutura e funcionamento na prática, mas, é importante ressaltar que há a possibilidade de existirem movimentos similares nas demais instituições que oferecem o curso na cidade do Recife e região metropolitana.

Por mais que haja a possibilidade de abordagem, mesmo sem estar manifesto na estrutura do curso de forma pública e clara, do tema da habitação de interesse social e outros relacionados, a falta de um direcionamento claro das diretrizes gerais do DCN quanto a importância de tratar dessas questões, faz parecer que não seja tão importante inserir os futuros profissionais na problemática.

Em conversa com uma arquiteta recém formada por uma das instituições particulares do Recife, foi relatado que, o tema da Habitação de Interesse Social e da ATHIS foram apenas citados como uma possibilidade de trabalho em instituições públicas, não houve aprofundamento, nem alguma cadeira específica que levasse a debate. A referida instituição não disponibiliza de forma pública e nem foi possível ter acesso por outro meio as ementas das disciplinas do curso, as únicas informações disponíveis são os nomes das disciplinas e, no caso, nenhuma se refere ao assunto da HIS ou similares.

Se nunca for apresentado ao estudante a problemática habitacional e a possibilidade de trabalhar em vista a enfrentá-la, a sua escolha dificilmente será por isso. É preciso encontrar meios para que essa temática esteja presente de forma obrigatória em todos os cursos de formação de arquitetura e urbanismo, para assim construir profissionais preparados e dispostos a propor, inovar e transformar realidades com seu saber técnico, e ir para além disso, ao se adaptar ao meio de intervenção.

Para isso, é preciso rever as Diretrizes Curriculares Nacionais, em vista a inserir nas características do perfil do aluno egresso, questões como a habilidade de desenvolver projetos de Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social tendo em vista a atender ao Artigo 3 nos parágrafos 1 e 2 que orientam que:

§ 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, **capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade**, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do

patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

§ 2º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com **responsabilidade técnica e social** e terá por princípios: I - **a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos** e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade; (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Sem a inserção do tema da favela, da habitação de interesse social, da assessoria técnica entre outros, nos cursos, não é possível dizer que os futuros profissionais ao se formarem sejam “capazes de compreender e traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidade”, estes estarão aptos a atender apenas às necessidades de uma parcela da população, aquelas de maior renda.

Sem a abertura para a experiência acadêmica dessas questões não há como desenvolver nos alunos atitudes com responsabilidade técnica e social, que tragam como um dos princípios a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos, mais uma vez, apenas uma parcela da população estará sendo contemplada. Já que, possivelmente, nem todos os tipos de assentamentos humanos estão sendo estudados e debatidos, como não há explicitamente no texto da lei a obrigatoriedade de inclusão.

Se não for manifesto de forma clara, que é preciso incluir a HIS e a ATHIS no Plano Político Pedagógico dos cursos, estes poderão ser esquecidos, ou não serem vistos como essencial para a formação dos futuros profissionais. Diante de toda realidade de déficit habitacional existente no Brasil, não há motivos para que essa pauta seja considerada secundária.

Os futuros profissionais teriam muito a ganhar se dentro dos cursos tivessem uma experiência com a teoria e a prática da assessoria técnica para habitação de interesse social, seja em disciplinas específicas, seja em laboratórios e atividades de extensão, onde os interessados se envolveriam. Experiências anteriores dos Laboratórios de Habitação apresentado no início do capítulo são bons objetos de estudo para se avaliar uma ação semelhante nas instituições que oferecem o curso de arquitetura e urbanismo em Recife.

Se torna importante também a divulgação de atividades existentes dentro dos cursos relacionados a essa temática, para que dessa forma esse movimento seja estimulado em outros locais e possam alcançar mais estudantes. Como já discutido, mesmo não encontrando registros oficiais dentro das instituições, é possível que

exista esse tipo de movimento vinculado a alguns cursos. Na UFPE, discussões e a atividades relacionadas ao tema são promovidas pelo Fórum da Arquitetura Social e o CIAPA - Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem.

4. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ARQUITETOS E URBANISTAS: NOVAS ABORDAGENS EM RECIFE-PE.

Cresce com o passar dos anos a quantidade de cursos de formação em arquitetura e urbanismo no país, conseqüentemente, aumenta também a quantidade de novos profissionais ativos, que escolhem dentro de diversas opções, uma ou mais áreas de atuação. Como uma forma de analisar o perfil do profissional atualmente, no ano de 2020 o CAU/BR realizou uma pesquisa censo para colher informações.

Segundo os dados do Censo, a maioria dos que exercem a profissão são mulheres, autodeclaradas brancas, predominantemente na faixa etária de 31 a 40 anos, seguido da faixa etária de 18 a 30 anos, em sua maioria localizados no estado de São Paulo. O número de profissionais homens é de 30% do total. Quase metade de todos que responderam a pesquisa se consideram parcialmente satisfeitos com a instituição de ensino onde se formaram.

Quanto a atuação, 87% dos participantes trabalham na área, para melhor especificar o nicho de atuação, o CAU/BR destinou as seguintes opções: Arquitetura de Interiores, Arquitetura Urbanismo concepção, Arquitetura e Urbanismo execução, Outra, Arquitetura Paisagística, Planejamento Urbano e Regional, Sistemas Construtivos e Estruturais, Ensino, Instalação Equipamentos Elétricos, Patrimônio Histórico, Topografia, Engenharia de Segurança do Trabalho, Geoprocessamento e correlatas, Tecnologia e Resistência dos Materiais.

Não foi possível encontrar dados a respeito de profissionais que trabalhassem com assessoria técnica ou algum empreendimento social, é importante ressaltar que seria interessante identificar esses números, até para entender o panorama geral e encontrar vias eficazes de promoção da área, a impressão de não ter sido separado esse nicho de escolha para as respostas é que não seria relevante ter essa informação. Dentre as opções elencadas, a área com mais atuações é a de arquitetura de interiores, sendo 68% dos profissionais entrevistados.

Outra pesquisa realizada pelo CAU/BR em parceria com o instituto Datafolha, agora voltada para a população em geral, procurou entender a realidade do mercado da Arquitetura e Urbanismo em 2022. Os resultados tornaram esclarecedor a visão da sociedade diante da profissão revelando que, 10% da população

economicamente ativa utilizou do serviço de arquitetos e urbanistas, 73% não usaram mas consideram usar e 18% não usaram e não consideram usar.

Quanto ao índice de pessoas que construíram ou reformaram 50% dos entrevistados afirmaram terem feito alguma construção ou reforma, entre esses apenas 9% contratou o serviço de arquiteto e urbanista, a maioria, 77% recorreu a mestre de obras ou pedreiros e 14% utilizaram da autoconstrução. Para melhor entender o motivo dessas escolhas, foi identificado através da pesquisa que 49% dos que construíram sem o serviço do arquiteto e urbanista o fizeram por questões financeiras, enquanto 48% considerou não haver necessidade.

Mais dados disponibilizados revelam que 59% das pessoas que contrataram o serviço de arquitetos e urbanistas são pertencentes às classes A e B. Mais da metade do serviço prestado foi de Projeto para construção ou reforma de imóvel residencial ou comercial, apenas 1% do serviço foi voltado a assistência técnica, assessoria ou consultoria.

A partir desses dados é possível concluir que, o acesso à arquitetura é ainda muito restrito, por mais que o número de adeptos aos serviços de arquitetos e urbanistas tenham crescido desde a pesquisa anterior do ano de 2015, ainda é grande a quantidade de pessoas que não aderem por questões financeiras.

Toda essa pesquisa do CAU/BR visa encontrar meios de promover a profissão, trazendo a ideia de ser essencial um serviço de arquitetura e urbanismo para a qualidade de vida. Isso de fato é uma verdade, um bom projeto de arquitetura e urbanismo é capaz de gerar qualidade de vida, dignidade e até mesmo saúde, mas, muito além de fazer propaganda, é preciso encontrar meios de tornar o serviço mais acessível. Aquilo que é essencial precisa ser também acessível, se não, permanecerá inalcançável para boa parte da população.

Tendo em vista que, cada profissional tem toda a liberdade de escolher o nicho onde deseja trabalhar, o mesmo pode elencar os clientes por faixa de renda e assim se tornar de fato um artigo de luxo, há quem prefira essa exclusividade, e isso é uma opção. Mas, há aqueles que podem também escolher determinadas faixas de renda e optar por fornecer seus serviços às classes C, D ou até mesmo a E, ter seu escritório presente em áreas vulneráveis, e se propor a ser meio de transformação daquela realidade.

O principal meio para que se aumente a adesão aos serviços de arquitetura é apresentá-la a quem mais precisa, aqueles enquadrados nos índices de

inadequação habitacional, que chega a ser 40% do total de moradias no Brasil, fazendo com que seja um serviço acessível a eles.

É preciso colocar em questão que, talvez o número de adeptos ao serviço de arquitetura e urbanismo só não cresça mais, porque a maioria dos profissionais ainda possui uma postura muito tradicional. Não apenas é preciso convencer a população a contratar arquitetos e urbanistas, mas, é preciso fazer com que esses profissionais desejem atendê-los, desenvolvendo um serviço de arquitetura que se adapte às necessidades, que não deixe de ter qualidade nem criatividade.

A promoção da profissão do arquiteto e urbanista passa por torná-la acessível, e isso é diferente de ser desvalorizado, a arquitetura não perde seu valor se custar menos, por mais que alguns profissionais possam fazer essa relação. De fato, há ultimamente uma onda de reclamação quanto a desvalorização do profissional, instituições privadas e até públicas não têm se comprometido a pagar o piso salarial da profissão, e é preciso que haja uma fiscalização desses casos, mas, isso é um assunto diferente do que estamos debatendo neste trabalho.

Ainda hoje, alguns profissionais consideram que trabalhar para classes menos favorecidas é algo que não é rentável, que funcionaria apenas como um serviço extra, uma ação de caridade. Sem entrar em questões subjetivas que envolvem a visão de mundo de cada pessoa, o discurso de não ser possível criar e manter uma empresa voltada a atender a população de baixa renda já está ultrapassado, a medida que cada vez mais surgem iniciativas de empresas sociais, ou os chamados negócios de impacto social, que fornecem arquitetura acessível economicamente.

Desta forma, é importante dar destaque a esse tipo de posição profissional, que escolhe sair de um meio mais tradicional para explorar um campo que é novo, desafiador e cheio de propósito. A apresentação de bons exemplos permite enxergar que é possível, o desenvolvimento dessas iniciativas forma uma base para que possam surgir mais outras.

4.1 O CASO DOS NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL EM ARQUITETURA.

Existe em Recife, no ano de 2023, 6 empresas que se classificam como Negócio de Impacto Social e atuam na área de arquitetura e engenharia, são elas: a

Abra Arquitetura, Arquitetura Faz Bem, Dona Obra, Construir, Fitá Arquitetura e Viverde Casa. Seus fundadores são arquitetos(as) e ou engenheiros(as) que decidiram construir algo fora das estruturas tradicionais de negócios e escritórios.

Pela definição do Sebrae os Negócios de Impacto social são:

[...] iniciativas financeiramente sustentáveis, geridas por pequenos negócios, com viés econômico e caráter social e/ou ambiental, que contribuam para transformar a realidade de populações menos favorecidas e fomentem o desenvolvimento da economia nacional. (SEBRAE, 2020)

Desta forma, é uma empresa capaz de se sustentar financeiramente de forma similar aos métodos tradicionais, mas, possuem como atividade principal uma causa social, são instrumento de transformação e atuam de forma mais específica com as pessoas de renda mais baixa, as chamadas classes C, D e E. A Artemisia, organização que fomenta e acelera negócios de impacto, elenca algumas diretrizes para atuar no setor. São elas:

Foco na baixa renda: São desenhados de acordo com as necessidades e características da população de baixa renda.;

Potencial de escala: Podem ampliar seu alcance por meio da expansão do próprio negócio; de sua replicação em outras regiões por outros atores; ou pela disseminação de elementos inerentes ao negócio por outros empreendedores, organizações e políticas públicas.

Impacto social relacionado à atividade principal da empresa: O produto ou serviço oferecido diretamente gera impacto social, ou seja, não se trata de um projeto ou iniciativa separada do negócio, e sim de sua atividade principal;

Intencionalidade: Possuem missão explícita de causar impacto social e são geridos por empreendedores éticos e responsáveis;

Rentabilidade: Possuem um modelo robusto que garante a rentabilidade e não depende de doações ou subsídios. (ARTEMISIA, 2023, grifo nosso)

Em sua maioria, os Negócios de Impacto Social em arquitetura localizados no Recife estão instalados em alguma área específica da cidade, geralmente dentro ou próximo de alguma comunidade, onde ali promovem seus serviços e são agentes de transformação daquela realidade. Possuem uma estruturação similar de negócio e promovem seus serviços de forma adaptada para cada realidade por meio de projetos simplificados, conseguem oferecer meios de facilitação de pagamento chegando em alguns casos a poder parcelar em até 30 vezes no boleto.

O NIS mais antigo ainda em atividade em Recife é o Abra Arquitetura, a ideia surgiu em 2016 a partir de 3 jovens arquitetos que moravam em periferias e se propuseram a, como profissionais, oferecer projetos acessíveis financeiramente para

a população de baixa renda. Samille, uma das fundadoras do Abra, relata que havia entre eles uma falta de identificação com os projetos que eram desenvolvidos na universidade, por fugir das realidades deles, ao qual estavam acostumados.

Ainda hoje a empresa traz como propósito levar arquitetura de qualidade para todas as pessoas, se fazendo ferramenta para que isso seja possível por meio da profissão. Até 2022 a empresa estava instalada no bairro de Casa Amarela, agora em 2023 não há mais registros de onde se encontra a sua sede, se permanece no mesmo local ou não. Suas ações chegaram a virar notícia no Jornal do Commercio no ano de 2019, como relata o trecho da manchete na Figura 09.

Figura 09 - Manchete de matéria de jornal sobre o Abra.

ARQUITETURA SOCIAL

Arquitetura se aproxima de famílias de baixa renda em Pernambuco

Construtora de base comunitária, Abra Arquitetura com Propósito atua há três anos no Estado

Fonte: Jornal do Commercio, 2019

Outro Negócio de Impacto Social localizado na cidade é o Dona Obra, criado em 2018, por duas jovens arquitetas que, inquietas diante da realidade habitacional na cidade, onde viam crescer a quantidade de residências precárias e em paralelo a isso, parecia haver poucas pessoas preocupadas em enfrentar essa questão, resolveram empreender na área, com o propósito de serem agentes de transformação.

Estruturaram o negócio e passaram a fornecer seus serviços através da venda de Kits que possuem o nome do cômodo a ser reformado. Além do projeto, o Dona Obra oferece a mão de obra para que a reforma possa ser realizada. Os Kits são de Banheiro, Cozinha, Quarto e Sala, mas há a possibilidade de kits personalizados de acordo com a necessidade do cliente.

Em vista a divulgação desses Kits, é possível encontrar no perfil da rede social Instagram do Dona Obra mais informações sobre o que os compõem, além de ter registros de antes e depois de obras, como é possível observar nas Figuras 10, 11 e 12.

Figura 10 - Detalhe do serviço oferecido pelo Dona Obra.



Fonte: Dona Obra, 2019

Figuras 11 e 12 - Antes e Depois da reforma da cozinha de Dona Marlene.



Fonte: Dona Obra, 2019

O Dona Obra está localizado no bairro da Bomba do Hemetério e atende alguns locais da zona norte, zona sul e Olinda. As fundadoras afirmam que o negócio ainda está em construção, sempre em busca de encontrar meios de oferecer o serviço técnico qualificado, para que as pessoas possam morar com dignidade, desta forma, o impacto que elas querem causar vai para além da reforma. (DUREY e LOBO, 2023)

Em suas redes sociais, o Dona Obra promove a discussão acerca da realidade habitacional no Recife ao trazer dados que mostram que 53% da população total da cidade reside em Comunidades, além de procurar falar sobre desigualdades e os benefícios que uma boa habitação realiza na vida do morador. Como propósito, acreditam na transformação social a começar pela Casa e, por isso, partem dela.

Além da prestação de serviço como negócio de impacto social, o Dona Obra, e também os demais NIS localizados em Recife, se empenham na divulgação de eventos sobre os temas relacionados a suas ações, como uma forma de discutir as realidades existentes, propor novas abordagens em torno do tema do acesso à moradia digna, e divulgar seus trabalhos como exemplo de ações voltadas à promoção de habitação com qualidade para a população de baixa renda. Por causa de suas atividades de impacto, o Dona Obra também virou notícia em site de notícias, como o registrado na Figura 13.

Figura 13 - Manchete de site sobre as atividades do Dona Obra.

A manchete de site é apresentada em um fundo azul escuro com o texto em branco. O texto está dividido em duas linhas: "Para diminuir desigualdade, empresa" na primeira linha e "reforma casas em comunidade de Recife" na segunda linha. O fundo da manchete tem uma borda decorativa com formas geométricas em tons de laranja e amarelo.

Fonte: UOL, 2020

Outro exemplo de negócio de impacto no Recife é o Arquitetura Faz Bem, fundado pelo arquiteto Antonio Neto em 2018. Anteriormente, Neto atuava profissionalmente em escritórios no estilo mais tradicional, com projetos voltados às classes mais altas, ao buscar por novas alternativas encontrou no negócio social um meio de, com seu saber técnico, ser agente de transformação social.

O arquiteto cresceu em comunidade e sempre teve o desejo de poder atuar naquela realidade, por isso, além do modelo de negócio escolhido, instalou sua sede na comunidade de Entra Apulso, onde realiza até hoje diversas obras, tanto projetos unifamiliares, quanto projetos que abrange o entorno urbano. Frequentemente atua em parceria com o Instituto Shopping Recife, com quem já realizou a construção de algumas moradias e praças públicas para a população do local.

O Arquitetura Faz Bem tem recebido destaque em jornais da cidade, que divulgam seus projetos e o seu propósito de levar qualidade habitacional para a população, por ser um direito e também uma forma de produzir saúde. A moradia adequada como promoção de saúde para a população é um dos motores das ações do AFB. Em uma entrevista para o site de Web Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, Antônio Neto explica sobre o processo de atendimento da empresa:

Quando visitamos as comunidades percebemos que na maior parte das vezes o problema era obras inacabadas ou que fugiam do orçamento, então buscamos cumprir o nosso propósito que é oferecer saúde física e mental a partir de soluções simples de arquitetura para que essas famílias possam ter um ambiente agradável, com boa iluminação e ventilação para que se identifiquem e tenham orgulho de pertencer àquele espaço. (LÚCIO NETO, 2020)

Figura 14 - Manchete no Jornal do Commercio online sobre o AFB.

Casas em Entra Apulso, no Recife, renovadas com arquitetura social

A proposta é da empresa Arquitetura Faz Bem e prevê ações de baixo custo, em função da capacidade financeira dos moradores de Entra Apulso

Fonte: Jornal do Commercio, 2020

Figura 15 - Manchete em site sobre ações do AFB.

Negócio Social: empresa de arquitetura busca diminuir o impacto dos problemas das comunidades do Recife

Empresa 'Arquitetura faz Bem' realiza reformas e construções, promovendo qualidade de vida nas comunidades

Fonte: Web Jornalismo UNICAP, 2020

A empresa sempre procura promover ações com voluntários, como forma de mostrar como funciona na prática, de dentro, e assim tornar conhecido esse tipo de empreendimento social. O AFB já realizou parceria com a ONG Habitat em sua iniciativa de instalação de pias comunitárias em diversas comunidades do Recife no período da pandemia do novo coronavírus, onde abriu espaço para os voluntários participarem.

Os seus primeiros projetos foram de reforma e construção de moradias para algumas famílias na comunidade de Entra Pulso. A primeira obra realizada foi a

reforma da casa de Vandete e Jailson, o tempo de início ao fim da obra resultou em um total de 8 dias úteis, onde foram realizado demolições, construções e acabamentos, abertura e instalação de janelas, instalação de granitos, construção de pontos de hidráulica, entre outras coisas.

Em seguida, em um projeto com apoio do instituto shopping recife, foram realizadas a construção de 5 casas na mesma comunidade, para isso, contaram com ações promovidas pelo instituto para o levantamento de fundos para as obras, além de começar uma parceria com alguns escritórios da cidade que se disponibilizaram a doar resto de obra, peças de granito e acabamentos que estivessem em bom estado e não fosse ser utilizado pelos seus respectivos clientes.

Cada casa a ser construída foi pensada de acordo com a necessidade da família que seria contemplada, prezando sempre pelo melhor aproveitamento do pequeno espaço disponível e por encontrar meios de criar aberturas para iluminação e ventilação natural. Desta forma, foram desenvolvidas plantas baixas com a presença de pequenos átrios e quintais para viabilizar as aberturas, melhorando assim a qualidade da moradia e a distribuição de cômodos, estando reservados ou conectados, a depender do programa de necessidades e do espaço disponível.

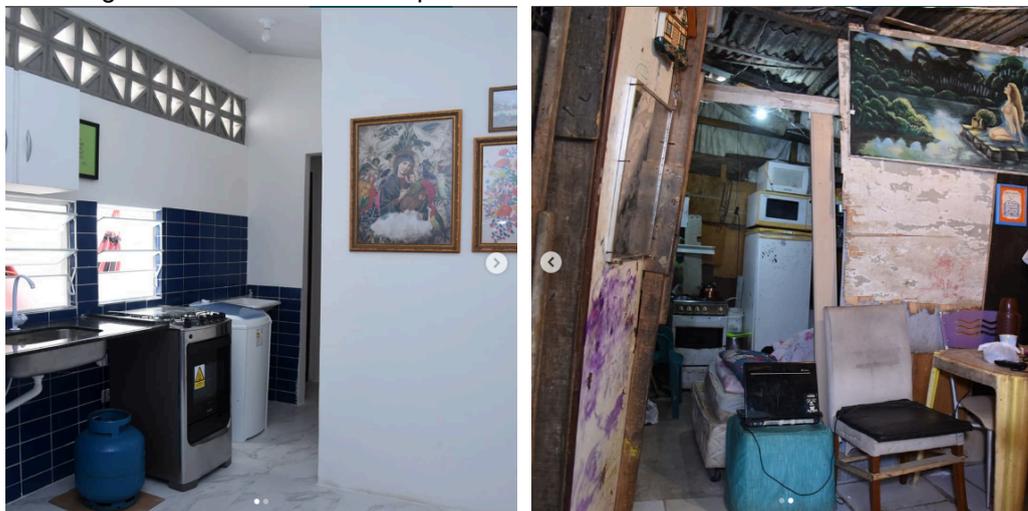
A primeira casa a ser construída entre as 5 foi a de Maria José e Ednaldo, além do casal, mais 5 filhos moram na mesma residência, tudo foi pensado para acomodar da melhor forma todos dentro dos 43 m² disponíveis. Ao falar do projeto o AFB explica que 3 das fachadas eram coladas com o vizinho, tornando mais difícil a solução para iluminação e ventilação natural. Por isso, surgiu a ideia de abrir dois poços de luz localizados ao centro da residência, desta forma conseguiram encontrar um meio de possibilitar as aberturas em diversos cômodos.

Figura 16 - Planta Baixa casa de Maria José e Ednaldo



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2019.

Figuras 17 e 18 - Antes e depois da casa de Maria José e Ednaldo



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2019.

Outra família contemplada pela ação foi a de Raquel, antiga moradora da comunidade de Entra Apulso, que mora com seus 3 netos. A residência possui 31m² e como solução para a entrada de iluminação e ventilação natural foi aberto um quintal, onde também foi instalado um tanque para lavagem de roupas. Solução simples para gerar uma melhor qualidade de vida para essa família.

Figura 19 - Planta Baixa da Casa de Raquel.



05Casas | A casa de Raquel

Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2019.

Figura 20 - Perspectiva da Casa de Raquel.



05Casas | A casa de Raquel

Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2019.

O Arquitetura Faz Bem também desenvolveu projeto para concorrer ao edital lançado pelo CAU/PE em 2021 que ofereceu apoio para a construção de propostas na modalidade Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. O seu projeto venceu o edital e foi contemplado com a oferta de uma quantia em dinheiro para que o mesmo pudesse sair do papel. Não foram encontrados registros se o projeto saiu do papel.

Figura 21 - Proposta do AFB para o concurso do edital de ATHIS.



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2021.

No ano de 2023 mais dois projetos do AFB receberam destaque, ambos intervindo na comunidade de Entra Apulso e sempre envolvendo o diálogo com os moradores para a proposta. Um projeto já implantado que recebeu destaque nacional foi a proposta de instalação de reservatórios de água em algumas casas, necessário tendo em vista o abastecimento irregular do local.

Foi pensada uma alternativa de baixo custo de uma cisterna vertical que pode ser instalada na fachada da residência, a iniciativa foi pensada juntamente com estudantes de uma instituição particular do Recife. A proposta possibilita a reserva de cerca de 34 litros de água da chuva que são captados pelo sistema ao cair do

telhado da casa. Doações de materiais viabilizaram a proposta de instalação de 30 unidades dessas cisternas verticais. A água coletada pode ser usada para alguns serviços domésticos.

Figura 22 - Proposta de alunos em parceria com o AFB.



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2023.

Outra proposta do escritório que está em fase de construção é o projeto de uma praça em Entra Apulso, também com o apoio do Instituto Shopping Recife, todo o processo para concepção do projeto contou com envolvimento de moradores, ao todo foram cerca de 300 pessoas ouvidas, de diversas faixas etárias (Arquitetura Faz Bem, 2022).

A praça está localizada na fronteira que a comunidade faz com o Shopping Recife e terá equipamentos de lazer como uma quadra de areia, espaço para crianças com brinquedos acessíveis e espaço para a realização de outras atividades que envolvam a comunidade, tudo de acordo com os desejos dos moradores e cheio de referência a história de Entra Apulso.

Figura 23 - Proposta de praça para Entra Apulso.



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2022.

Desta forma, o Arquitetura Faz Bem como um negócio de impacto tem sido um agente de transformação da realidade dos moradores das comunidades onde realizam seus projetos, em especial a comunidade de Entra Apulso, onde se concentra a maior parte das suas ações. Gerando uma melhor qualidade de vida para aquela população.

O Fitá Arquitetura é o negócio de impacto social em Recife mais recente, criado em 2022, pela arquiteta recém formada Rafaella Melo. Este é um resultado de como bons exemplos podem ser fomento para criação de outros, foi a partir das ações já citadas de negócios localizados na cidade que Rafaella sentiu o desejo e viu ser possível a criação do seu próprio escritório, que oferece projetos de forma acessível e simplificada.

A divulgação de iniciativas de negócios sociais pode ser capaz de ampliar os horizontes para que futuros profissionais percebam ser possível ter uma empresa rentável que possui como principal objetivo a realização de uma causa social. O aumento do número de negócios de impacto social com o passar dos anos provam que, há sim a possibilidade de prestar serviço de arquitetura e urbanismo para a população de renda mais baixa, tornando-a sua atividade profissional principal.

Os novos, e até mesmo antigos profissionais arquitetos e urbanista que, assim como os exemplos já citados, não se identificam com a forma mais tradicional de criar e vender arquitetura, seja pelos mais diversos motivos, podem encontrar no modelo de Negócio de Impacto Social em arquitetura uma maneira de oferecer seus serviços e se tornar agente promotor do acesso à moradia digna para a população mais necessitada.

Tendo em vista que, existe uma demanda por melhorias habitacionais e uma grande quantidade de pessoas que constroem ou reformam sem contar com o serviço do arquiteto e urbanista por diversas razões, observando o exemplo dos que vieram antes, como os já citados Abra, Arquitetura Faz Bem, Dona Obra e Fitá, é possível também seguir por este caminho, encontrando um propósito e montando seu próprio negócio.

4.2 COOPERATIVA E COLETIVO: OUTRAS FORMAS DE ATUAÇÃO

Outra forma de atuação frente a demanda por habitação adequada são as iniciativas de Cooperativas e Coletivos, ambos podem ser construídos de acordo com a proposta de atuação. São geralmente organizadas por grupo de profissionais frente a algum problema social, neste caso, o déficit habitacional ou ações urbanas em comunidades.

Em Recife podemos citar 2 exemplos que surgiram a partir da iniciativa de estudantes ainda dentro da Universidade, são eles, a CAUS - Cooperativa Arquitetura Urbanismo & Sociedade, criada em 2015, e o Coletivo Massapê, que iniciou suas atividades em 2016. Os dois movimentos possuem atuações diferentes mas, manifestam de forma clara a capacidade de ação promovida quando jovens, que na época ainda futuros arquitetos, resolvem lutar por uma causa.

A CAUS - Cooperativa Arquitetura Urbanismo & Sociedade, como já registrado, iniciou suas atividades no ano de 2015 ainda dentro da Universidade Federal de Pernambuco, como Diretório acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da instituição. Em sua atuação, como destacam ao descrever a cooperativa, buscou através da extensão universitária “uma aproximação da academia com as pautas emergentes na cidade.” (CAUS, 2019)

Ainda como diretório acadêmico buscaram promover debates e mobilizações sobre diversos temas, entre eles o da habitação. Em uma das iniciativas foi realizada

a instalação na escala de 1:1 de um desenho de planta baixa padrão do Programa Minha Casa Minha vida, no hall do edifício do Centro de Artes e Comunicação - CAC, onde está situado o curso de arquitetura e urbanismo, a fim de levantar discussão sobre esse tipo de promoção de moradia, a instalação foi intitulada de “Se essa casa fosse minha”.

Figura 24 - Instalação ‘ Se essa casa fosse minha’.



Fonte: CAUS, 2019.

Pautas como a acessibilidade dentro da universidade também foram discutidas e motivo de intervenções para fim de reflexão acerca do tema dentro do mesmo edifício do CAC. Em outra oportunidade, tiveram experiência em assessoria técnica fora da universidade a convite do CPDH - Centro Popular de Direitos Humanos, ONG que fornece assessoria jurídica em vista a lutar por justiça social dentro do direito à cidade, localizado em Recife. Na divulgação de suas experiências em uma rede social a CAUS detalhou a ação:

[...] desenvolvemos um plano de trabalho, distribuindo ações faseadas de curto, médio e longo prazo, em resposta ao laudo da defesa civil, que indicava a adequação às normas técnicas de combate a incêndio, instalações elétricas, requalificação da cobertura e melhorias na habitabilidade de um casarão modernista, localizado no bairro da Tamarineira no Recife, que a mais de trinta anos está ocupado por cerca de 20 famílias, na resistência por direito a moradia, fazendo valer a função social da propriedade num dos metros quadrados mais caros do Recife[...] (CAUS, 2019)

Foram realizadas diversas ações em prol das famílias que habitam o casarão a mais de 30 anos, para que pudessem permanecer no local, tendo em vista que estavam sendo ameaçadas de expulsão. As cerca de 20 famílias que lá se abrigam entraram com pedido de usucapião coletivo (CAUS, 2019) e precisaram tomar providências quanto a estrutura do local que apresentava riscos, para isso contaram com a assessoria do CAUS, que além de estudar uma proposta arquitetônica para a comunidade promoveram ações para arrecadação de verbas que viabilizassem a reforma.

A reforma estrutural da coberta e da rede elétrica do casarão foram as primeiras a serem impulsionadas a sair do papel. Para que as demais também pudessem acontecer foi organizado um evento para arrecadação de verba e promoção da ação intitulada 'Amigos do Casarão', além da abertura de uma vaquinha online para que mais pessoas pudessem contribuir. O projeto para o casarão também contou com envolvimento de professores do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE.

Outra ação da CAUS foi o desenvolvimento do Plano Urbanístico Comunitário para o bairro da Muribeca, em parceria com Diogo Galvão, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade ESUDA. Foi instalado no local, no ano de 1982, um conjunto habitacional do Banco Nacional de Habitação, ao todo eram mais de 2.200 apartamentos, devido a problemas estruturais, o conjunto foi demolido no ano de 2020.

Em uma rede social, a CAUS compartilhou sobre a experiência de agir nesse contexto:

Para a construção do PUC foi estruturada uma série de oficinas entre comunitárias, integradas e técnicas, com diferentes metodologias no sentido de possibilitar trabalharmos com os diferentes sujeitos que compõem o cenário da Muribeca. O trabalho como um todo também se organiza a partir de três eixos temáticos que foram debatidos a partir da problemática encontrada, que servem como orientação na condução das 5 etapas do PUC. (CAUS, 2019)

Já entre suas ações após se tornar uma Cooperativa, continuam a promover o debate sobre o direito à cidade e a moradia digna ao participar de fóruns e eventos sobre os temas e procuram se aliar a causas em territórios e comunidades da cidade

do Recife. Além disso, trabalham oferecendo o serviço de assessoria técnica a comunidades e movimentos sociais.

Um exemplo de assessoria mais recente que a cooperativa tem prestado é no projeto Urbaniza Jaca, que consiste em construir um plano de ações para a urbanização da comunidade do Jacaré, localizado em Paulista-PE. Foram realizados levantamentos topográficos, que ajudaram na identificação dos principais pontos de alagamento, reuniões com participação de representantes da comunidade para discutir o território através da construção de mapas, denominados mapa afetivo e mapa de desejos (CAUS, 2022). Outra realização dentro do processo foi o Censo Popular, com o objetivo de levantar dados sobre a população.

Frequentemente as atuações da CAUS são de prestação de assessoria para ocupações, em vista a viabilização de sua permanência no território por meio de planos urbanos, como por exemplo da ocupação Carolina de Jesus, localizada próximo ao bairro de Jardim São Paulo em Recife onde foi realizado um estudo de plano de parcelamento comunitário do território.

A cooperativa busca também se aliar a luta de moradores contra algumas ações da prefeitura quando esta intervém no território sem antes realizar um aproximação correta com a população, como é o caso da ZEIS Caranguejo Tabaiaras onde por causa de uma obra do governo cerca de 70 casas iriam ser retiradas e seu moradores realocados para longe da comunidade. Em parceria com outras organizações foi prestado o serviço de assessoria técnica e jurídica, além de apoio na mobilização da população.

Adentrando agora em outra abordagem, o Coletivo Massapê, que surgiu no ano seguinte ao início da atuação da CAUS ainda como diretório acadêmico em 2016, como um coletivo de estudantes que buscavam ir além dos muros da universidade e imergir em demandas reais da cidade. Atua, desde 2019, como uma Organização Social, em processos colaborativos para melhoria dos espaços públicos. Possui entre seus projetos hortas comunitárias, praças, diagnósticos coletivos de comunidades e diretrizes para intervenção urbana.

Como proposta e missão o Coletivo Massapê traz:

Contribuir para a justiça socioespacial nas cidades, através de processos colaborativos que fortaleçam o caráter coletivo dos espaços públicos.[...] procuramos impulsionar o diálogo entre os diferentes atores urbanos, em um processo colaborativo, vivo, aberto e em constante evolução para a

construção coletiva das cidades, através do fortalecimento da cultura de cidadania ativa e da autonomia dos territórios. (Coletivo Massapê, 2021).

É desta forma que eles desenvolvem as propostas para as comunidades da cidade e dentro desse anos de atuação puderam intervir em diversos territórios, trazendo propostas urbanas frutos de uma constante escuta e diálogo com a população. Dentre as diversas ações podemos citar o projeto de Horta Comunitária para a Vila de Santa Luzia, o Meu Bairro Brincante, projeto localizado no bairro Alto Santa Teresinha e o Pulsa Bairro, realizado na comunidade de Entra Apulso.

O projeto de Horta Comunitária para a Vila de Santa Luiza teve início no ano de 2018, através de uma parceria do Massapê com o CEPAS, uma ONG na vila, e com financiamento através do edital do Fundo Socioambiental Casa (Coletivo Massapê, 2019). O envolvimento dos moradores desde o início da proposta fomentado pelo Coletivo serviu para que houvesse uma apropriação do espaço e o incentivo pela manutenção do mesmo.

Foi possível por meio desse projeto a integração de diversos atores sociais da vila na construção do espaço público, o Coletivo Massapê agiu dando continuidade a uma iniciativa da própria população, desenvolvendo o projeto em conjunto e tornando os moradores participantes ativos da construção da horta comunitária. De início, foi realizado um conhecimento da área, muito mais do que o território físico, mas também seus habitantes. Houve a mobilização de moradores os inserindo em rodas de conversas sobre a proposta de intervenção e, enfim, a realização do mutirão para a construção da horta. (Coletivo Massapê, 2019)

Após a instalação, ainda foram realizadas etapas de inauguração do espaço, com diversos tipos de atividades e um convite para que a comunidade se aproprie e viva esse ambiente. Por fim, foi realizada uma avaliação pós instalação, para identificar as influências da intervenção urbana naquele meio, e o processo de apropriação por parte dos moradores.

Figuras 25 e 26 - Antes e Depois da construção da Horta Comunitária.



Fonte: Coletivo Massapê, 2019.

O projeto Meu bairro brincante, realizado pelo Coletivo Massapê, foi uma iniciativa que surgiu através do projeto Primeiro a Infância do ARIES (Agência Recife para Inovação e Estratégia) em parceria com a Prefeitura de Recife. O Meu Bairro Brincante teve como principal objetivo inserir as crianças no processo de planejamento urbano da cidade, trazendo dessa forma propostas voltadas para elas, para que possam viver e brincar melhor onde moram.

Dentro da etapa de estudo da área, muito além de compreender o território de uma forma geral, foi analisado o local pelo olhar e vivência das crianças. Todas as etapas de desenvolvimento do projeto teve envolvimento total de crianças de diversas faixas etárias, foram coletadas informações sobre o horário e local de onde elas costumam brincar e até mesmo quais eram suas brincadeiras preferidas. Os responsáveis pelas crianças também foram ouvidos, entendendo que o projeto também deveria contemplá-los.

Desta forma, o projeto realizou intervenções nas áreas identificadas como as mais frequentadas pelas crianças, e também nos caminhos que elas fazem no seu dia-a-dia, inserindo nesses trajetos e espaços objetos para tipos diferentes de interação, envolvendo os sentidos do tato, audição e visão. Uma avaliação pós intervenção revelou como as crianças tinham se apropriado do espaço e quais os ambientes que mais estavam sendo frequentados, além de como estavam sendo utilizados.

Figura 27 - Trecho de intervenção no Alto Santa Isabel.



Fonte: Coletivo Massapê, 2020.

Outro projeto de intervenção em comunidade realizado pelo Coletivo foi o Pulsa Bairro, localizado em Entra Apulso, em parceria com o Instituto Shopping Recife. Por meio de um estudo da área foi possível identificar locais que estavam subutilizados e em alguns casos servindo para o acúmulo de lixo e foram vistos como pontos com potencial para o projeto. O objetivo foi, através de pequenas intervenções, tais como pinturas e instalação de bancos, gerar espaços de convívio comunitário.

Foram colocados brinquedos para as crianças e até mesmo um varal para estender roupas, servindo para as lavadeiras que historicamente fazem parte da comunidade. Ao falar sobre o processo de diagnóstico local, o Massapê ressalta que “o processo de diagnóstico comunitário foi desenvolvido sob a perspectiva de cinco eixos: o lugar, as formas de expressão, as celebrações, os saberes locais e a memória.”(Coletivo Massapê, 2020). Desta forma, é possível identificar esses elementos nas intervenções.

Figura 28 - Arte em homenagem a uma antiga moradora da comunidade.



Fonte: Coletivo Massapê, 2020.

Figura 29 - Trecho de intervenção.



Fonte: Coletivo Massapê, 2020.

As ações promovidas pela CAUS e pelo Coletivo Massapê mostram o potencial existente nas propostas de intervenção em comunidades, a importância de articulação, dos estudos participativos envolvendo os moradores. As cooperativas e coletivos se apresentam como um meio onde o profissional pode atuar em terrenos vulneráveis, propor soluções e se aliar a lutas comunitárias, sendo também um agente importante para a transformação social, na geração de qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Ao buscar responder a pergunta de como o arquiteto e urbanista pode ajudar no enfrentamento do déficit habitacional, foi identificado que, o principal responsável por suprir essa demanda é o governo em suas diversas instâncias, mas, é possível reconhecer o profissional arquiteto e urbanista como um importante agente dentro dessa temática, tendo em vista suas aptidões e a busca por sua função social.

Através da investigação histórica foi possível identificar que, o tema desde o início esteve em debate no meio profissional, porém, com abordagens e opiniões que foram mudando com o tempo. É certo que, essas discussões fomentaram e ampliaram o alcance da questão da habitação de interesse social. As primeiras iniciativas também ensinaram o como é possível fazer, trazendo também a necessidade de adaptação do saber técnico, a capacidade de se comunicar com o cliente e também acolher suas visões, tornando uma experiência de fato construtiva.

Dentro da investigação histórica também foi possível perceber o surgimento da necessidade de trazer esse tema para dentro dos cursos de arquitetura e urbanismo no país. As reformulações de currículo mínimo nunca chegaram a contemplar o tema, e, até hoje, as diretrizes curriculares nacionais não tornam a abordagem obrigatória para os futuros profissionais.

Baseado nisso é preciso reconhecer a necessidade de aproximação do tema com os cursos, mesmo que este já adentre em algumas instituições, como é o caso da UFPE, sem que haja uma cadeira específica, e do curso da Faculdade Damas em Recife, com cadeiras especificamente voltada para a HIS, o tornar obrigatório amplia a oportunidade para que os discentes tenham contato com essa realidade e possam sair profissionais preparados para contribuir no combate do déficit habitacional.

Construir futuros profissionais aptos a lidar com as questões de moradias precárias, com a realidade das favelas e demais questões que a envolvem, deveria ser indiscutível diante da realidade habitacional do país, e, trazendo para um recorte mais local, a cidade de Recife e região metropolitana. Se existe uma demanda por habitação de interesse social, e, muito além da demanda, uma necessidade, que em si é um direito básico que não consegue contemplar toda a população, o único argumento que reforçaria a ausência da temática dentro dos cursos de formação é aquele baseado em desejar manter a arquitetura acessível a poucos.

Não inserir de forma clara nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de arquitetura e urbanismo a abordagem da Habitação de Interesse Social, que vai muito além da construção da moradia em si, dá margem para que o assunto não esteja presente que forma a levar a análise, reflexão e proposição para os futuros profissionais. Não deveria ser necessário ter que buscar em outros meios se aprofundar mais sobre o tema, se não dentro da própria instituição de ensino.

O deixar a depender da “sensibilidade” da instituição ou dos docentes que a compõem para que haja a inserção da habitação de interesse social no Plano Político Pedagógico torna a situação atual similar a de 60 anos atrás, onde o tema só era trabalhado a depender do profissional que estava a frente de determinada disciplina, deixando “a sorte” dos alunos se teriam contato ou não com a HIS durante seu período de formação.

É necessário esse debate sobre a formação acadêmica antes de chegarmos na atuação profissional, no reconhecimento que a primeira é importante e pode ser determinante na escolha futura. Se reconhecemos ser essencial ter arquitetos e urbanistas preparados e dispostos para atuar na área de habitação de interesse social, é preciso que a opção seja apresentada ainda dentro da academia, baseado em algo real e possível.

A responsabilidade do governo, em seus mais diversos níveis, de encontrar meios de enfrentar o problema habitacional é inquestionável, tendo em vista que é garantido por lei que toda a população tenha acesso a moradia digna, mesmo que isso na prática seja uma realidade distante. Por isso, como citado no primeiro capítulo deste trabalho, houveram vários programas e ações com o foco na habitação, o que ainda hoje está em atuação é o Minha Casa Minha Vida, em suas diversas modalidades, além de estar em vigor a Lei de Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social.

Cada estado e município tem também o papel de encontrar meios para oferecer habitação de qualidade para a população, isso pode ser feito, por exemplo, através de leis específicas que regulamentem e coloquem em funcionamento leis já previstas a nível federal, como é o caso da lei de ATHIS. Para que esta possa agir inteiramente, é necessário a reserva de recursos destinados a suas ações, e estes recursos precisam corresponder a realidade daquele município ou estado.

No caso de Recife-PE, a cidade possui mais de 1 milhão e seiscentos mil habitantes apenas na capital, contando com as 15 cidades que fazem parte da sua

região metropolitana esse número chega a 4 milhões de habitantes. Por meio de informação concedida pelo Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social registradas no documento síntese do Lab-Moradia no centro do Recife, cerca de 53% da população vive em comunidades, o que equivale a 35% do território urbanizado da cidade.

Em relação às moradias em Recife e região metropolitana, o índice de Inadequação de edifícios chega a 17% dos domicílios totais, mostrando assim a existência da necessidade de intervenções para mudar essa realidade. Dentro das características utilizadas para considerar uma moradia inadequada temos, a carência de infraestrutura urbana, envolvendo abastecimento de água, esgotamento, coleta de lixo e energia elétrica.

Outras características se relacionam a edificação em si, são elas a cobertura inadequada, ausência de banheiro, piso adequado e cômodos utilizados como dormitório. Além disso, a questão da inadequação fundiária também entra para determinar a classificação de cada moradia.

O profissional arquiteto e urbanista enquanto sua área de atuação pode optar por se aliar no combate a esse alto número de inadequações, principalmente nas características que se relacionam às carências edilícias. A possibilidade de parceria do município com os negócios de impacto social, os coletivos e cooperativas possui um grande potencial, como é possível perceber em exemplos já citados como os projetos do Coletivo Massapê e ações do Arquitetura Faz Bem.

Cabe ao Estado, como o principal responsável pelo enfrentamento do problema habitacional, encontrar novos meios de intervir, buscando investir nas parcerias com empresas sociais, organizações e cooperativas, seja por meio de programas ou até mesmo na estruturação da prática da Lei de ATHIS, no lançamento de editais, e a estruturação de orçamento voltado à assistência técnica.

Para atuar em ATHIS é preciso formar profissionais aptos, e essa constatação sempre faz voltar o olhar para os cursos de formação e instituições de ensino, porque no fim, é a partir desse momento de aprendizagem que se projeta uma mudança futura. A ação de arquitetos e urbanistas é um instrumento importante para o enfrentamento do déficit habitacional, é preciso lembrar e assumir como propósito, sabendo que é uma escolha, onde cada um pode optar por, em que situação, como e para quem projetar.

Contudo, é importante fazer com que os futuros profissionais saibam do seu potencial de impactar socialmente e se reconheçam como agentes nesse processo de oferecer qualidade de vida, através de uma moradia digna, para a população. E essa conscientização deve começar dentro das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cleide. Arquitetura se aproxima de famílias de baixa renda em Pernambuco. **Jornal do Commercio**, [S. l.], p. 0-0, 4 ago. 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/08/04/arquitetura-se-aproxima-de-familias-de-baixa-renda-em-pernambuco-384797.php>. Acesso em: 19 set. 2023.

ALVES, Cleide. Casas em Entra Apulso, no Recife, renovadas com arquitetura social. **Jornal do Commercio**, [S. l.], p. 0-0, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/06/09/casas-em-entra-apulso-no-recife-renovadas-com-arquitetura-social-380623.php>. Acesso em: 19 set. 2023.

ARQUITETURA FAZ BEM. **Imagem**. [S. l.], 2019-2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquiteturafazbem/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Assistência técnica em habitação de interesse social dez anos depois**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-dez-anos-depois/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ARTEMISIA. **O que são negócios de impacto social?** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://artemisia.org.br/conhecimento-negocios-de-impacto-social/>

AZEVEDO, S., and ANDRADE, LAG. Habitação e populismo: a Fundação da Casa Popular. In: **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, pp. 1-20. ISBN: 978-85-7982-055-7. Available from SciELO Books .

BIERRENBACH, A. C. de S. Conexão Borsói-Bardi: sobre os limites das casas populares. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 7, p. 49-61, 2008. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i7p49-61. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44723>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOTEGA, L. da R. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 8, n. 17, p. p. 65–72, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1619>. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010**. Institui as Diretrizes Curriculares

Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Brasília, DF, 17 jun. 2010. p. 1-5. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192>. Acesso em: 2 set. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha do Par**. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/programa-de-arrendamento-residencial-par/CARTILHA_PAR.pdf

CAUS COOPERATIVA. **Imagem**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquiteturafazbem/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

COLETIVO MASSAPÊ. **Horta Comunitária: Santa Luzia - 2018/2019**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://d955683c-b150-492c-8a60-9ee7d63c9e0b.filesusr.com/ugd/b8a92b_5ee38ad27726433d89333a9f9d6f81f1.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

COLETIVO MASSAPÊ. **Imagem**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquiteturafazbem/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

COLETIVO MASSAPÊ. **Meu Bairro Brincante: Alto Santa Terezinha**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://issuu.com/coletivomassape/docs/caderno_de_projeto_meu_bairro_brincante_issuu_. Acesso em: 19 set. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (BR). **Censo 2020**. [S. l.]: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2020. Disponível em: https://caubr.gov.br/censo2020/?page_id=20. Acesso em: 6 set. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Distrito Federal). **Pesquisa Datafolha: 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros**. [S. l.]: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://caudf.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/#:~:text=Dentre%2050%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,execu%C3%A7%C3%A3o%20junto%20aos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20competentes>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO. **Nabil Bonduki publica "Origens da Habitação Social no Brasil"**. [S. l.]: Cronologia do Pensamento Urbanístico, [2023]. Disponível em: https://cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_documento.php?idVerbete=1329&idDocumento=49. Acesso em: 23 jul. 2023.

CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO. **QUADRA / CODESCO realiza urbanização participativa na favela Brás de Pina**. [S. l.]: Cronologia do Pensamento Urbanístico, [2023]. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565#prettyPhoto>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ. **Ementa**. [S. l.]: Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020. Disponível em: https://www.faculdedamas.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/AU_-_EMENTAS.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

FARJADO, Vanessa. **Para diminuir desigualdade, empresa reforma casas em comunidade de Recife**. [S. l.]: ECOA Uol, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/30/para-diminuir-desigualdade-empresa-reforma-casas-em-comunidade-de-recife.htm>. Acesso em: 19 set. 2023.

FRANÇA, Elisabete. **Favelas em São Paulo (1980-2008): das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização: a experiência do Programa Guarapiranga**. 2009. 310 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25844>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Metodologia do Déficit Habitacional e da Inadequação de Domicílios no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GOBBATO, F. G.; PICCININI, L. T. S. O programa Minha Casa Minha Vida e a constituição de políticas públicas habitacionais. **Revista Mundi Sociais e Humanidades (ISSN 2525-4774)**, v. 2, n. 1, 2017.

INGLEZ DE SOUZA, Diego Beja. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.16.2009.tde-02082010-115837. Acesso em: 2023-06-28.

LÚCIO NETO, A. **Negócio Social: empresa de arquitetura busca diminuir o impacto dos problemas das comunidades do Recife**. [S. l.]: Entrelaços, Universidade Católica de Pernambuco, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://webjornalismo.unicap.br/voluntariado/index.php/2020/10/25/negocio-social-e-empresa-arquitetura-faz-bem-visa-diminuir-o-impacto-dos-problemas-das-comunidades-do-recife/>

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. DE R.. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, p. e16015, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2017.E16015>. Acesso em: 9 maio. 2023.

OLIVEIRA, V. F. de. DO BNH AO MINHA CASA MINHA VIDA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA POLÍTICA HABITACIONAL. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 36–53, 2014. DOI: 10.14393/RCG155022937. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937>. Acesso em: 19 maio. 2023.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O LUGAR DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CURRICULAR (1930-2018)**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31067>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PULHEZ, Magaly Marques. **Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização**. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. doi:10.11606/D.18.2007.tde-06062008-101517. Acesso em: 2023-04-28.

ROBAINA, I. M. M. **Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962)**. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 6, n. 05, p. 176–196, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17604>. Acesso em: 2 maio. 2023.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura** , [s. l.], 14 fev. 2014. Disponível em: <http://obsestadosocial.com.br/literatura/o-desenvolvimento-da-habitacao-social-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Texto para discussão nº 654. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 1999

SEBRAE. **Negócios de Impacto Social**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/negocios-de-impacto-social_8e1578e27c28c510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 6 ago. 2023.

SILVA, Soraia Santos da. BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA. **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços**, Ponta Grossa/PR, v. 2, p. 110-127, 2019. DOI 10.22533/at.ed.4741910078. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/bras-de-pina-memoria-da-experiencia-participativa-na-urbanizacao-de-uma-favela>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. **Negócio Social: empresa de arquitetura busca diminuir o impacto dos problemas das comunidades do Recife**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://webjornalismo.unicap.br/voluntariado/index.php/2020/10/25/negocio-social-e-mpresa-arquitetura-faz-bem-visa-diminuir-o-impacto-dos-problemas-das-comunidade-s-do-recife/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

VILLAÇA, I. ; CONSTANTE, P. **USINA 25 anos - COPROMO**. [S. l.]: ArchDaily, 2015.
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo>.
Acesso em: 30 ago. 2023.